

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ESPORTE PARA JOVENS ACOLHIDOS EM ABRIGOS INSTITUCIONAIS: UM
MEIO PARA INCLUSÃO SOCIAL**

ANDRÉ LUIS ANDRADE DE PAULA

**JOÃO PESSOA
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ESPORTE PARA JOVENS ACOLHIDOS EM ABRIGOS INSTITUCIONAIS: UM
MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

**JOÃO PESSOA
2011**

André Luis Andrade de Paula

**Esporte para Jovens Acolhidos em Abrigos Institucionais: Um meio para a
Inclusão Social**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Wilson Honorato Aragão - UFPB

Profª Drª Maria da Salete Barboza de Farias - UFPB

Profº Drº Iraquitã de Oliveira Caminha - UFPB

**João Pessoa
2011**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Valdir e Livramento, que me incentivaram com amor, sempre e em todas as circunstâncias. Às minhas irmãs Valeria e Emilia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter provado Sua existência e Seu amor em todos os momentos da minha vida e, em especial, durante esta fase.

Tenho vários motivos para agradecer aos meus pais: por me ensinarem a me dedicar àquilo que desejo e posso realizar; por terem me dado condições suficientemente boas para a minha formação como pessoa e como profissional e, por serem, ainda hoje, suporte nos momentos de provação. Sou grata! Amo vocês!

Preciso também agradecer sinceramente e principalmente, às crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, que participaram da pesquisa. A elas devo grande parte da realização deste sonho!

Agradeço também o apoio e espaço dado para a realização desta pesquisa pelos atores envolvidos no processo de acolhimento institucional da cidade de João Pessoa, Paraíba.

Finalmente, e não menos importante, meu sincero agradecimento ao meu orientador Prof Dr. Wilson Honorato Aragão. Agradeço-o pela prontidão em me orientar e pelo respeito ao tema escolhido por mim. Agradeço-o por sua paciência e compreensão, por seus ensinamentos e pelo tempo de orientação, pois a partir destes fatores, pude crescer profissionalmente e pessoalmente.

RESUMO

O objetivo desse trabalho consiste em analisar como a prática do esporte, em especial a modalidade atletismo, contribui no processo de inclusão social dos jovens acolhidos nas Casas Lares Morado do Betinho, Manaíra, e na Casa de Acolhida Masculina do município de João Pessoa, enfatizando as transformações ocorridas nas suas vidas. A metodologia utilizada neste trabalho foi pesquisa social, é um processo que utiliza metodologia científica, por meio do qual se pode obter novos conhecimentos no campo da realidade social. Usando o enfoque qualitativo, que segundo Thomas e Nelson (2002), desde o início da década de 1980, internacionalmente, norteiam importantes pesquisas em educação física. Segundo esses autores, as pesquisas são realizadas principalmente em ambientes do dia-a-dia, como escolas, ginásios, outras instalações esportivas etc. O recurso metodológico utilizado propiciou um mergulho na realidade estudada e acionou a participação dos sujeitos na problemática das situações vivenciadas. Do ponto de vista teórico, discorreu-se sobre os princípios da Inclusão Social e da Exclusão Social, ao mesmo tempo em que se discutiram as bases legais dos abrigos institucionais em nível nacional e no município de João Pessoa. Os resultados obtidos revelaram que os aspectos de inclusão social estão bem claros para as crianças e adolescentes. Ao investigarmos a prática esportiva dentro e fora dos abrigos, constatamos que, devido aos graves problemas e dificuldades enfrentados por criança e adolescentes, a prática efetiva do esporte vem sendo um mecanismo que alcança plenamente a finalidade, em que esporte se propõem dentro das instituições, que é a de inclusão social, mesmo o abrigo sendo uma fonte de exclusão.

Palavras Chaves: Crianças e adolescentes, inclusão social, exclusão social, abrigos e esporte.

ABSTRACT

The goal of this work is to analyze how the practice of sport, in particular the mode of athletics, contributes in the process of social inclusion of young people accommodated in the Houses Homes Morada of Betinho, Manáira, and in the House of welcome Men of the city of João Pessoa, emphasizing the transformations that have occurred in their lives. The methodology used in this work was social search is a process that uses scientific methodology, by my own which it can gain new knowledge in the field of social reality. Using the qualitative approach, which according to Thomas and Nelson (2002), since the early 1980, internationally, guiding important research in physical education. According to these authors, researches are carried out mainly in environments of everyday life, such as schools, gymnasiums, other sports facilities etc. The methodological feature has used a diving actually studied and triggered the involvement of subjects in problematic situations experienced. From a theoretical point of view, spoke about the principles of Social inclusion and Social exclusion, while discussed the legal bases of institutional shelters nationwide and in the municipality of João Pessoa. The results obtained revealed that the aspects of social inclusion are very clear for children and adolescents. When we investigate the sport within and outside the shelters, we note that, due to serious problems and difficulties faced by children and adolescents, the effective practice of the sport has an engine that achieves full purpose, in which sport they propose within the institutions, which is the social inclusion, even the shelter being a source of exclusion.

Keywords: children and adolescents, social inclusion, social exclusion, shelters and sport.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Distribuição das instituições nas grandes regiões brasileiras.....	53
--	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Expectativa de vida (1998-2008).....	60
--	----

LISTA DE SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
Conanda	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente
FMI	Fundo Monetário Internacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
Unesco	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
PPP	Projeto Político-pedagógico
PIB	Produto Interno Bruto
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Anped	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
IIS	Índice de Inclusão Social
Sedes	Secretaria de Desenvolvimento Social
Suas	Sistema Único da Assistência Social
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Disoc	Diretoria de Estudos Sociais
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Fiocruz	Fundação Osvaldo Cruz
SAC	Serviços de Ação Continuada
Infraero	Infraestrutura Aeronáutica
Setraps	Secretaria de Trabalho e Promoção Social
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Loas	Lei Orgânica de Assistência Social
Sedh	Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Spdc	Secretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
Remar	Rede Margaridas Pró Crianças e adolescentes
Cfcmps	Centro de Formação Cidadã Margarida Pereira da Silva
PNE	Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESPAÇO DE INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	21
2.2 EXCLUSÃO SOCIAL: INIBIDOR DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	28
.....	28
2.3 INCLUSÃO SOCIAL E SUA IMPORTÂNCIA	35
2.4 DEFINIÇÃO DE ABRIGO INSTITUCIONAL.....	39
2.5 A ATUAL SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM ABRIGOS	43
2.6 ABRIGOS: ESPAÇO DE HUMANIZAÇÃO OU DE EXCLUSÃO?.....	51
2.7 ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ABRIGOS INSTITUCIONAIS DE JOÃO PESSOA.....	55
2.8 ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E OS AVANÇOS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	59
2.9 O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELO ESPORTE.....	63
2.10 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O ATLETISMO	67
2.11 ESPORTE E EDUCAÇÃO.....	71
3 METODOLOGIA	76
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	76
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	77
3.3 LOCAL DA PESQUISA	78
3.4 ASPECTOS ÉTICOS	78
3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	80
3.6 PROCEDIMENTOS DE TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	82
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	85

4.1 PERFIL SOCIAL DOS PARTICIPANTES.....	85
4.2 MOTIVOS QUE ESTIMULAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A SE APROXIMAR DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS	89
4.2.1 O esporte como promoção da saúde	89
4.2.2 O esporte como oportunidade e esperança de um futuro melhor	92
4.2.3 Educação física como facilitador de novos aprendizados	99
4.3 O ESPORTE E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ABRIGOS	104
4.4 AS PRÁTICAS ESPORTIVAS NOS ABRIGOS.....	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A	125
APÊNDICE B	126
APÊNDICE C	127
APÊNDICE D	128
APÊNDICE E	129

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A preocupação em promover e manter a inclusão social deve ser premente para a população mundial que necessita de mecanismos para combater os efeitos nocivos da exclusão social, processo este que fica evidente com o desemprego, o jovem de periferia sem oportunidades de lazer e cultura, o sem domicílio fixo, o sem terra. Todos esses são os chamados excluídos (FLORENTINO; SALDANHA, 2009).

A estudiosa abaixo citada coloca uma importante observação psicossocial com respeito ao processo de exclusão social numa perspectiva da contemporaneidade:

A modernidade aponta para um crescente processo de valorização do individualismo, superestimando sobre tudo as posses de cada um, de modo que os objetos passam a se constituir na essência e as pessoas começam a se reconhecer e ser reconhecidas pelo que elas possuem concepções decorrentes de uma sociedade capitalista na qual consumir e ter são referências fundamentais aos sujeitos. (ARPINI, 2003, p.13)

A promoção de programas de inclusão social é um dos fatores que ajudam a diminuir os efeitos oriundos desse processo de exclusão, sendo trabalhada no sentido de reverter essa situação, o que pode ser feito mediante várias iniciativas. Muitas, exitosas, repercutem mundialmente. A Unesco entende que a inclusão social é um dos principais agentes da redução da pobreza (RICHARDSON, 2009).

Muitos são os riscos que a sociedade ocidental vem correndo, há bastante tempo, decorrentes da exclusão social, esta bem nítida, em especial para as populações menos favorecidas de direitos humanos básicos. Direitos estes que não são colocados em prática para todos pelos políticos e órgãos responsáveis, descompromissados em oferecer mecanismos que favoreçam a verdadeira inclusão social.

Bem como com relação a alguns campos de interesse social (saúde, moradia, educação etc.), também o esporte é carente de políticas públicas para seu fomento e manutenção. Estas existem, e têm avançado em decorrência de alguns programas sociais surgidos nos últimos anos. Porém, trabalhando com a realidade social brasileira, neste caso, a paraibana, é possível perceber que os estímulos realizados neste sentido ainda têm sido insuficientes para abarcar a grande necessidade da juventude, em especial, a menos favorecida econômica e socialmente.

Esse quadro não vem mudando, principalmente na vida de crianças e adolescentes, especialmente as que moram nas instituições de abrigo, que na maioria das vezes são jogadas nessas unidades e lá esquecidas, sem ter seus direitos preservados como ser humano.

É nesse sentido que se percebe grande parte dos trabalhos científicos mencionando a fragilidade das redes de proteção à infância como sendo responsáveis pela permanência de muitas crianças e adolescentes em abrigos. (ARIÉS, 1981).

Crianças e adolescentes representam 34% da população brasileira, o que, em número absoluto, significa um contingente de 57,1 milhões de pessoas. Cerca da metade das crianças e dos adolescentes do Brasil – 48,8% e 40%,

respectivamente – é considerada pobre ou miserável, pois nasce e cresce em domicílios cuja renda *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo (Silva, 2004, p. 43).

As crianças e adolescentes que convivem com suas famílias, mas em extrema vulnerabilidade, não têm oportunidade de mecanismo de inclusão social. Para Arpini (2003), situação essa que, nas sociedades contemporâneas, caracteriza grande contingente de adolescentes que acabam confinados a condições mínimas de sobrevivência, não só físicas, mas também psicossociais. É importante compreender que esses jovens, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), artigo 3:

[...] gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990, p.7).

Entendemos juntamente como Arpini (2003), que, mesmo que o ECA ofereça garantias e proteção às crianças e adolescentes, não se converte, por si só, num meio de assegurá-las, sendo justamente decorrente do não cumprimento ou da falha de aplicação da Lei que encontramos os adolescentes em situação de risco.

A simples escolha do tema abrigos institucionais para crianças e adolescentes possibilitaria inúmeras pesquisas, uma vez que o tema é de fato vasto. Desta forma, para fins de objetividade desta dissertação, primamos pela gama de crianças institucionalizadas que fazem parte de nosso cotidiano pragmático, como educador físico de abrigos na cidade.

O tema se torna mais rico quando incluída a educação, em especial a educação física, uma vez que esse campo do conhecimento não é tão discutido com relação a essa realidade, e porque pode estar em contato direto com crianças e adolescentes, uma vez que estas crianças estão em florescimento de suas habilidades esportivas (FLORETINO; SALDANHA, 2007).

Discutiremos a importância da inserção da educação física no tocante às suas potencialidades enquanto práticas esportivas – como o atletismo – para a inclusão social. Como a educação física tem papel importante como componente curricular e prática pedagógica não só da educação básica, mas também integrada à proposta pedagógica das políticas de serviço de acolhimento institucional nas modalidades abrigos institucionais e casa-lar do município de João Pessoa.

Exemplos do trabalho desenvolvido com essas crianças e adolescentes teremos na modalidade casa-lar a Casa Lar Morada do Betinho, Casa Lar Manaíra e como abrigo institucional a Casa de Acolhida Masculina. São unidades de abrigo que acolhem crianças e adolescentes encaminhadas pelo Conselho Tutelar ou pelo Ministério Público onde são acolhidas e mantidas pelo certo tempo, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários, tornando o mais próximo de uma convivência familiar preconizada pela Proteção Social Especial (PSE) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Abrigos institucionais que usam a educação física como forma de inclusão social e na formação de novos atletas para o desporto escolar e não escolar.

Optar pelo esporte como mecanismo de inclusão social pode ser de grande valia para projetos e trabalhos voltados para jovens, porque este geralmente aumenta adesão desde público. Mas, ao mesmo tempo, como qualquer outro instrumento, pode se constituir em meio de normatização da conduta dos excluídos e agir apenas como controle social a serviço de classe dominante e para a manutenção do *status quo* excludente. (STOROLI, 2007, p.23).

Melo (2005) relata que, atualmente, tem se destacado uma nova tendência de políticas sociais esportivas voltadas para os jovens pobres, nas quais se optam por discursos contrários à promessa de profissionalização, em lugar do resgate da cidadania, promoção de inclusão social e de melhorias dos índices educacionais. Na maioria das vezes, estas novas propostas se realizam a partir do esvaziamento destes conceitos, objetivo esse diverso do ora pretendido.

As crianças e os adolescentes das instituições estudadas nesta pesquisa representaram a Paraíba nas Olimpíadas Escolares que aconteceram de 10 a 20 de setembro de 2009, em Poços de Caldas-MG, sendo classificados para integrar a seleção paraibana de atletismo, juntamente com outros dez meninos e meninas de escolas públicas e privadas, mas não moradores de abrigos. Foram as primeiras crianças e adolescentes institucionalizados do município de João Pessoa a representarem seu estado em uma competição de nível nacional. Tal conquista foi fruto de um trabalho desenvolvido nessas unidades há mais de quatro anos pelo pesquisador desse estudo.

Dentre os enormes ganhos possíveis a partir da construção de um projeto

político-pedagógico (PPP) comprometido com o desenvolvimento do aluno, está a presença ativa do esporte em sua composição, como indica autor referendado no tema:

Atividades extra-classe como os eventos: artísticos, histórico/culturais, religiosos, cívicos, festivos, recreativos, esportivos, jogos escolares (intersérie e jogos entre escolas), feiras e exposições de trabalhos pedagógicos, são elementos potenciais no processo educativo/formativo da sociedade, porque de uma forma ou outra envolvem um universo significativo de pessoas através de instituições governamentais ou não, direções e chefias, professores, alunos, funcionários, pais, amigos e comunidade em geral. Chama-se atenção para o fato de que algumas escolas utilizam esses eventos de forma a enriquecer o processo pedagógico, mas outras, simplesmente participam ou promovem o evento pelo evento, deixando de desenvolver a ética, a responsabilidade social, o senso democrático, a aplicação e construção/reconstrução do conhecimento científico, entre outros fatores educativo/formativos (CHASSOT, 2006, p.04).

Diante dos fatos expostos, torna-se importante estudar a participação dos professores de educação física na utilização do esporte¹ como meio de inclusão social, especificamente o atletismo. Por ser uma modalidade individual e também já bastante conhecida do pesquisador, facilita a aproximação maior às crianças e aos adolescentes. Explicando melhor a individualidade deste esporte, pode-se dizer que ele favorece o ponto de vista da inclusão social através do sucesso como atleta. Apesar de também atuar em equipes, o atletismo permite que o sujeito dependa muito mais dele mesmo, apenas, do que uma modalidade como o futebol. Assim, a vontade de vencer na vida – alcançando a inclusão social – contará mais como fator definitivo para seu logro.

O professor, tendo consciência da ferramenta valiosa de mudança social que possui em mãos, a educação, deve aprofundar o desenvolvimento de atividades

¹ Vale salientar que também são de indelével importância como meios de inclusão social a arte e a cultura, as quais devem ser objetos constantemente presentes nos PPPs e práticas pedagógicas.

afetivas, coletivas e individuais, fazendo com que seus alunos (não importando a raça, o credo, o gênero) reconheçam e respeitem, sem discriminação, as características pessoais, físicas, sexuais do próximo. Em outros termos, uma prática educativa que negue as desigualdades que acabam prejudicando ou inviabilizando o trabalho do professor com seus alunos.

Através de uma metodologia qualitativa, procuramos conhecer a representação que essas crianças e adolescentes fazem em relação a si próprios, bem como suas perspectivas e suas expectativas para o futuro.

Uma pesquisa qualitativa, devido a suas peculiaridades, oferece uma possibilidade de analisar o fenômeno estudado. O motivo de escolha dessa forma de pesquisa é conhecer profundamente a realidade dos sujeitos em questão, de modo a produzir, a seu respeito, um saber que dê acesso a formas de intervenção mais fiéis ao seu universo (ARPINI, 2003, p.12). Outra intenção é valorizar o papel dos professores de educação física, procurando caminhos para melhorar a sua prática, contribuindo para sua participação, construção e implantação de políticas públicas nessa área.

Os benefícios para a saúde física e mental da prática esportiva atuam numa melhoria de vida. No caso de crianças na situação ora abordada, há também inclusão social, ressocialização e esperança de melhor qualidade de vida. Diante disso, a presente pesquisa foi desenvolvida partindo das seguintes problemáticas: Até que ponto a prática do esporte contribui para a inclusão social de crianças e adolescentes em questão? Qual a relevância da prática esportiva para estes sujeitos institucionalizados? Qual a atuação das legislações vigentes em prol das atividades esportivas e culturais nos abrigos?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é analisar e descrever como a prática do esporte, em especial a modalidade atletismo, contribui no processo de inclusão social dos jovens acolhidos nas Casas Lares Morado do Betinho e Manaíra, e na Casa de Acolhida Masculina do município de João Pessoa, enfatizando as transformações ocorridas nas suas vidas.

Em decorrência e complemento do objetivo geral estão os seguintes objetivos específicos:

- Identificar se o esporte contribui na vida das crianças e adolescentes acolhidos no local estudado.
- Explicitar como a prática esportiva se insere no Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades.
- Identificar entre os indivíduos entrevistados quais os aspectos que mais contribuem/contribuíram para sua inclusão social.
- Apontar alternativas para inclusão social com base no esporte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESPAÇO DE INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Brasil é um país jovem: 30% dos seus 191 milhões de habitantes têm menos de 18 anos e 11% da população possui entre 12 e 17 anos, uma população de mais de 21 milhões de adolescentes. (UNICEF, 2011)

Por isso, é essencial que o Brasil atenda às necessidades específicas da adolescência nas suas políticas. Caso contrário, corre-se o risco de que um grupo tão significativo e estratégico para o desenvolvimento do País fique invisível em meio às políticas públicas que focam prioritariamente na primeira fase da infância e na fase seguinte da juventude.

Tarefa bastante complexa reside em desenvolver políticas públicas de inclusão social, mesmo que elas possam surgir a meio a crises e ao descaso dos poderes públicos, que precisam progredir mais nesse sentido, ainda continua crescendo o número de crianças e adolescentes privados de oportunidades de educação, saúde e esporte, devido ainda às limitações do Estado sobre o tema.

Intensos são os debates realizados em busca de uma política que possa diminuir os impactos causados pela desigualdade social, mais próxima da realidade, e não de políticas meramente eleitoreiras a curto prazo e por essas limitações.

Podemos ter o cuidado em colocar que a um relação muito grande do descaso do Estado em relação a criança e o adolescente de periferia que passa por situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados e que possivelmente devidos a esses fatos para em um abrigo

institucional.

Onde o mesmo começa a ter alguns dos seus direitos recuperados, a escola que não têm enquanto vivia na rua ou sua comunidade, a visita ao médico mesmo que ainda seja demorado, o carinho, ao conhecimento e prática de esporte. Será que é preciso que a criança e o adolescente tenham que ir para um abrigo institucional para ter seus direitos adquiridos, sua qualidade de vida recuperada, sua proteção, sua recuperação da dependência química? E a convivência familiar e a presença dos pais, dos irmãos, dos amigos, da sua comunidade, muitas vezes o abrigo institucional vê na situação de privar a crianças e o adolescentes, podendo ser também em alguns momentos um mecanismo de exclusão social. Por que nada como esta junto da sua família, no caso das crianças e adolescentes que possuem, mas os que não têm o impacto seria bem maior.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A importância da convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente está reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras legislações e normativas nacionais e internacionais.

Segundo o pensamento neoliberal, as políticas públicas sociais são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e podendo se responsável, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade.

A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade (FRIEDMAN, 1977).

Coerentes com estes postulados, os neoliberais não defendem a responsabilidade do Estado em relação ao oferecimento de educação pública a todo cidadão, em termos abrangentes, de maneira padronizada. Um sistema estatal de oferta de escolarização compromete, em última instância, as possibilidades de escolha por parte dos pais em relação à educação que estes esperam para seus filhos.

Em relação às políticas públicas da inclusão social, é preciso acurar a atenção voltada às crianças e jovens que vivem em abrigos institucionais, pois os mesmo sofrem também discriminação de várias formas, sendo marginalizados pelos processos de crescimento da sociedade capitalista desigual.

O preconceito significa julgamento prévio, ou seja, antes de se conhecer de fato algo. É uma atitude favorável ou desfavorável. Logo, surge a necessidade de discussão sobre estereótipo, estigma e preconceito que formam o tripé em que se apoia a segregação (BRACHT, 1992). O preconceito é o tipo de atitude que age na dinâmica social que leva a um círculo vicioso nas relações sociais.

A prática do esporte possibilita a diminuição dos impactos do preconceito, uma vez que morar no abrigo institucional, onde não precisam estar sempre

pressionados por terem cometido algum delito, mas presentes num processo de desenvolvimento de si mesmo.

Ademais, o erro cometido foi contra eles, quem cometeu de fato erro contundente contra esses jovens o fez a partir do momento de descaso com possíveis políticas públicas para essa parcela da população excluída, negligenciando, por exemplo, um abrigo institucional. O abrigo pode trazer alguns benefícios, mas pode trazer, também, o rótulo do preconceito.

Para Aragão (2011), a sociedade em que vivemos no mundo de hoje tem por princípio a exclusão. É por si só contraditória, uma vez que boa parte dos cidadãos vivem excluídos em prol do bem-estar de uma pretensa minoria. Essa realidade, por ser contraditória, passa por crises que causam enormes desastres desde ordem econômica e social a catástrofes climáticas, violência generalizada.

De acordo com Santos (2003), essas mudanças sofridas na estrutura das sociedades modernas refletiram-se na forma de agir do Estado, sendo atingidos também os padrões adotados para as políticas públicas em geral. Diante desse quadro, várias iniciativas foram articuladas no âmbito do governo, a partir de meados dos anos 1990, como respostas ao crescimento das situações de exclusão e empobrecimento da juventude brasileira.

Tais iniciativas tiveram um caráter incipiente e desarticulado, geralmente limitadas aos adolescentes e jovens em situação de risco social, através de programas de curta duração e de caráter compensatório, como atestam algumas análises (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Os jovens sofrem com os impactos das mudanças econômicas e sociais desde então, tolhidos por maior dificuldade de inserção profissional e pelo crescimento das desigualdades sociais. Os pontuais esforços do governo federal e

suas políticas assistencialistas não têm surtido o efeito necessário para essas pessoas.

O quadro de empobrecimento e deterioração das condições de vida da população brasileira nos últimos anos tem repercutido em prejuízo para milhões de crianças e adolescentes, que se veem privados de condições dignas de habitação, nutrição, educação, saúde, cuidados básicos e esporte. A situação de crianças e adolescentes toma contornos dramáticos em nosso país, não só devido às crises econômicas, mas também pelo descaso e abandono como vem sendo tratada a questão infantil e juvenil, sempre relegada a segundo plano. As políticas públicas na atual conjuntura nacional precisam ter papel fundamental na estrutura das sociedades, que precisam deste dispositivo sólido e seguro para seu bem-estar, gerando uma realidade melhor e mais equilibrada.

O espaço de interação e interlocução entre o Estado e a sociedade civil na definição e regulamentação de ações, a médios e longos prazos, que afetam a vida da população e com efeitos prolongados na dinâmica de construção de valores, organização, estrutura e modos de perceber e estar no mundo é o que se entende por políticas públicas. Isto é: o Estado tem a obrigação de realizar esse processo, não pode ficar paralisado e inerte as suas responsabilidades, mesmo que com mudanças ocorridas nos últimos tempos haja dificuldades na estruturação das políticas públicas, pois estas só vêm a melhorar a vida de crianças e adolescentes que vivem em situação de risco social.

Obviamente, o sucesso das chamadas políticas públicas depende não apenas da boa vontade e compromisso dos administradores do Estado em implementá-las. Quem se compromete a estudar o tema, inclusive, deve atentar para uma análise pormenorizada, levando em consideração, segundo Höfling (2001,

p.31):

Estes diferentes aspectos devem estar sempre referidos a um contorno de Estado no interior do qual eles se movimentam. Torna-se importante aqui ressaltar a diferenciação entre Estado e governo. Para se adotar uma compreensão sintética compatível com os objetivos deste texto, é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

A práxis neoliberal – vigente em nosso país – concebe políticas públicas como intervenções que partem do Estado para equilibrar as diversidades geradas pelo desenvolvimento da forma de acumulação capitalista. Enfim, é uma forma de estabilizar a sociedade, que acaba carecendo de cobertura em nível social.

Entretanto, é necessário fazer uma ressalva às políticas públicas, pois, se forem mal administradas, mal implementadas, podem colocar em xeque os interesses e liberdades individuais, caso comprometam ou tolham a iniciativa livre, a concorrência entre as companhias privadas, que melhoram e barateiam os serviços – características positivas do neoliberalismo e que são responsáveis pelo equilíbrio interessante deste modelo.

Outra questão importante para se discutir sobre o sucesso das políticas públicas é a participação da própria população. Muito vai depender de como funciona a política pública local, a participação dos conselhos municipais ou órgãos do tipo. Assim também são os órgãos da chamada sociedade civil organizada.

Segundo Perissinoto (2002) o impulso institucional vindo do Estado é um detalhe de grande importância, que apesar de não determinar, participa

sensivelmente, juntamente à expansão da participação política e organizada da sociedade civil. Ou seja: o comprometimento no planejamento e qualidade da execução por parte do Estado se junta à iniciativa popular para o sucesso de quaisquer políticas públicas.

Para Höfling (2001), o Estado costuma ser encarado apenas como sendo uma máquina de burocracia pública, autarquias estatais que planejarão e implementarão as políticas públicas. As políticas públicas devem ser consideradas, sim, como responsabilidade do Estado, no tocante à implementação e manutenção a no que depender das ações dos consecutivos órgãos públicos.

Os agentes da sociedade, como exemplificados acima, devem estar intimamente relacionados às políticas propostas e implementadas, visando à sua perpetuação, se for o caso, e garantia de que estão servindo a população.

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Mesmo que eles estejam institucionalizados, não tenha que passar por situações de exclusão social e que a política pública possibilite a inserção das crianças e adolescentes que vivem em abrigos institucionalizados.

2.2 EXCLUSÃO SOCIAL: INIBIDOR DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

“Assim que a gente chega aos países ditos em desenvolvimento, nos assustamos com o número de crianças que encontramos nas ruas. Em Paris, um jovem do Senegal achou estranho o número de cachorros que ele tinha visto nas ruas. Procurava crianças, mas sua procura foi em vão, pois as crianças estavam na escola”. (<http://www.enfants-des-rues.com/pages/pt/enfants-preambule-asp>. Acessado em 10/05/10. Adaptado).

Falta de oportunidades educacionais e profissionais, mortes violentas, relações sexuais precoces desprotegidas, HIV/aids e trabalho infantil são apresentados pelo relatório como alguns dos principais riscos que podem impedir que os adolescentes desenvolvam suas capacidades na transição para vida adulta. Ao mesmo tempo, desafios globais, como mudança climática, incerteza econômica, globalização e tendências demográficas, formam um cenário incerto para os adolescentes no mundo todo.

Termo que figura entre as mais diversas esferas que tangem o social nas últimas décadas, a exclusão social é um problema de todos os países, em menor ou maior grau, pois todos os países possuem pobres, ao passo que também possuem os mais abastados. Algumas nações possuem mais pobres, mais ricos, e estas quantidades são inversamente proporcionais, ou seja: o termo caracteriza a o contraponto entre a concentração de renda em camadas ditas superiores da sociedade, em minoria, em detrimento de camadas inferiores, mais populosas.

O Brasil possui 25 milhões de adolescentes na faixa de 12 a 18 anos, o que representa, aproximadamente, 15% (quinze por cento) da população. É um país repleto de contradições e marcado por uma intensa desigualdade social, reflexo da

concentração de renda, tendo em vista que 01% (um por cento) da população rica detém 13,5% (treze e meio por cento) da renda nacional, contra os 50% (cinquenta por cento) mais pobres, que detêm 14,4% (quatorze vírgula quatro por cento) desta (IBGE, 2004).

Essa desigualdade social, constatada nos indicadores sociais, traz consequências diretas nas condições de vida da população de crianças e adolescentes. Quando é feito o recorte racial as disparidades tornam-se mais profundas, verificando-se que não há igualdade de acesso aos direitos fundamentais.

O termo é relativamente novo, há não muito faz parte das discussões em nível socioeconômico, mas é um assunto bem próximo à realidade cotidiana, como esclarece o autor:

Neste sentido, a terminologia exclusão social seria apenas uma atualização daquilo que até recentemente se denominava pobreza. No entanto, “[...] através deste pseudoconceito, [...] nós estamos tentando revelar a nossa desconfiança em relação à antigamente suposta abrangência explicativa das palavras pobre e pobreza” (MARTINS, 1997, p. 28).

A entrada do neoliberalismo no Brasil tem suas origens no governo José Sarney, passando pelos governos de Fernando Collor de Mello e de Itamar Franco e se consolidando no governo de Fernando Henrique Cardoso. No governo deste, o ajuste neoliberal ocorreu de forma dura, dramática e destrutiva, destacando-se pelo aniquilamento de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores (RICHARDSON, 2009).

Para Lima (2007), o neoliberalismo designa um conjunto de mudanças nas ordens:

Político, econômica e cultural, cujas premissas tendem para a constituição de um modelo de sociedade em que são retomadas e reafirmadas as teses liberais, principalmente de proeminência, neste contexto almejado como absoluta, do mercado sobre todas as demais dimensões da vida humana (LIMA, 2007, p.31).

A necessidade de financiamento das dívidas interna e externa, aliada aos custos de uma economia com inflação alta, exercia enorme pressão sobre os cofres públicos, penalizando o financiamento das políticas sociais. Como os custos do ajuste são extremamente elevados para as classes mais baixas, as políticas sociais passaram a desempenhar o papel de ações reparadoras ou compensatórias, atuando sobre danos ou consequências nefastas do processo econômico em curso, privilegiando os gastos com os grupos mais necessitados (SILVA, 2004).

O governo de Fernando Henrique Cardoso, no seu primeiro mandato, dá início a uma política de reforma para atender às exigências da nova ideologia política do neoliberalismo. Estas, ao serem adotadas na sociedade brasileira, a partir dos anos 1980, têm intensificado de forma dramática a exclusão social no Brasil.

Entende-se, desta forma, que o processo de exclusão social no Brasil é, estrutural e conjunturalmente, uma decorrência das políticas governamentais aqui implementadas. Observa-se também a complexa relação existente entre o neoliberalismo, como concepção ideológica, e a elaboração de políticas sociais e implementação de políticas governamentais.

A política neoliberal que sustenta o ajuste estrutural no mundo, identificada facialmente pelos ajustes da economia efetivados no contexto da nova divisão internacional do trabalho, determinou a integração econômica de mercados nacionais em desenvolvimento

aos mercados comuns e acordos comerciais internacionais. As medidas tomadas pelos governos dos países “ajustados” em prol da produtividade e superávits financeiros e, principalmente, a desregulamentação da economia acentuou, entre outros fatores, desemprego recessão e exclusão social (RICHARDSON, 2009, p.43).

Para Mello (1995), ainda existe exclusão legitimada histórica e socialmente, a qual precisa ser mais estudada e analisada, com o objetivo de possibilitar maior compreensão a respeito das consequências advindas dessa situação.

Nesse processo de exclusão social, em que negação de dignidade e condições de vida se reforça mutuamente, as percepções vão sendo erguidas não apenas sobre as condições de vida dos grupos, mas sobre a condição dos membros dos grupos enquanto sujeitos e, enquanto autopercepção dos próprios sujeitos. Os atributos produzidos pelas condições de vida deslocam-se destas e naturalizam-se, tornado-se um estereótipo em relação ao grupo, que passa a ser associada a todos os seus membros, produzindo-se, desse jeito, uma qualidade negativa vinculada à diferença. Na medida em que as desigualdades das condições de vida permanecem associadas às diferenças de “pertencimento” e identidade, essas percepções se reforçam e se reproduzem na estrutura de estratificação social. O fenômeno de exclusão social não ocorre como simples resultado de um modelo de desenvolvimento econômico excludente, mas de relações sociais que possibilitam justamente esse modelo. (VALE, 2006, p.14-15)

Segundo Richardson (2009), a exclusão no Brasil é resultado de um processo de dependência econômica que vem se materializando no país, desenvolvendo-se como capitalismo dependente, tendo por base, principalmente, a concentração da renda e da riqueza, a desigualdade e a exclusão sociais.

Assim sendo, precisamos resignificar nosso papel/ lugar/ compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática, colocando sempre em análise nossa prática no que se refere, aqui especificamente, a garantia dos direitos de crianças e adolescentes com relação à convivência familiar e comunitária (FLORETINO; SALDANHA, 2007, p.34).

Estudo aprofundado das questões sociais tocantes aos jovens de baixa renda, que são levados a viver no abrigos institucionais, devidos as mecanismos citados acima. É necessário para aqueles que buscam entender as formas particulares através das quais os processos de exclusão de imensos contingentes de crianças e de adolescentes, das classes populares, vêm se dando hoje, mediados pela sociedade. Processos estes que acabam por interditar qualquer possibilidade digna de integração nos âmbitos econômico, social ou político.

Os abrigos institucionais têm, em algumas das suas finalidades, diminuir os impactos causados pelos mecanismos de exclusão, resgatando crianças e adolescentes, dando-lhes nova expectativa de vida, mas privando de certos direitos, concomitantemente.

Os abrigos institucionais podem até tentar recuperar crianças e adolescentes, acolher com proteção, educação, esporte, mas por motivos diversos causados pelas políticas aplicadas estatais, também constituem parte da exclusão da sociedade. Por isso, devermos ter cuidado com esse atendimento com crianças e adolescentes, para rever dentro de nossos abrigos institucionais se as políticas da assistência social vêm sendo condizentes ao que compete o serviço de atendimento para que esses efeitos da exclusão sejam diminuídos e que o abrigo institucional seja um caso de excepcionalidade.

Há que se considerar máximo e não mínimo a disponibilização de oportunidades para que estes jovens não sejam vistos e tidos como frutos de mecanismos de exclusão social.

Apesar das críticas merecidas, como qualquer vigência político-econômica, é preciso ter o cuidado de não se atrelar ou fixar na conclamação de um discurso apenas, como referenciado abaixo:

Nunca é demais assinalar que o marxismo não pode ser entendido como uma única abordagem, como único tratamento dado a qualquer tema. A tradição marxista desdobra-se num amplo espectro de tendências e mesmo teorias – aliás coerente com seus pressupostos referentes à construção histórica de conceitos. Enraizadas nas clássicas formulações de Marx em relação ao Estado e às ações estatais – as quais estariam, em última instância, voltadas para garantir a produção e reprodução de condições favoráveis à acumulação do capital e ao desenvolvimento do capitalismo –, outras se desdobram na análise da complexa questão da autonomia e possibilidade de ação do Estado capitalista frente às reivindicações e demandas dos trabalhadores e dos setores não beneficiados pelo desenvolvimento capitalista.

O que a realidade nacional mostra é um Brasil profundamente desigual e excludente. Desigual na distribuição de renda e de recursos e na participação política; desigual no acesso à saúde, à cultura, à educação e ao trabalho; desigual, enfim, em oportunidades de vida. E a desigualdade torna o Brasil um país de contrastes. O Brasil é uma das nações economicamente mais ricas do mundo. Num *ranking* que inclui mais de duzentos países, o detém o 9º maior PIB (Produto Interno Bruto), indicador que mede a atividade econômica por meio da soma dos valores de todos os bens e serviços produzidos. Paralelamente, há o país dos desafios humanos: um país que, dentre mais de 170 nações, tem altos índices de exclusão e de desigualdade social, representados pela 70ª posição no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), indicador que mede a qualidade de vida das pessoas com base nos níveis de renda, saúde e educação (SILVA, 2004).

Os dados acima mostram o tamanho do desafio ora a enfrentar, à entrada do terceiro milênio. Há uma dívida educacional para com o povo. E o compromisso de desenvolver o Brasil sob o ponto de vista humano é um desafio de todos: governo, empresas e sociedade civil organizada.

Desafio que esta sendo muito árduo e difícil num país democrático, vivemos a cidadania e nos constituirmos em cidadãos à medida que adquirimos direito a ter direitos, e assim, tornamo-nos indivíduos autônomos, com capacidade para analisar racionalmente as situações sócias, comparando-as de forma crítica e escolhendo entre elas, as mais favoráveis, tanto para o próprio bem estar, quando para o bem-estar de todos.

Bem estar que criança e adolescentes em nosso país, em especial as da cidade de João Pessoa em muitas situações não possuem expectativas, de constituir-se um cidadão autônomo e crítico devidos os mecanismos de exclusão social que lhe cercam.

Em consonância com o relatório mundial, a situação dos adolescentes no Brasil demonstra que atualmente as oportunidades para sua inserção social e produtiva ainda são insuficientes, tornando-os o grupo etário mais vulnerável em relação a determinados riscos, como o desemprego e subemprego, a violência, a degradação ambiental e redução dos níveis de qualidade de vida.

As oportunidades são ainda mais escassas quando são levadas em consideração outras dimensões da iniquidade além da idade, como renda, condição pessoal, local de moradia, gênero, raça ou etnia.

2.3 INCLUSÃO SOCIAL E SUA IMPORTÂNCIA

A idéia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isto significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social.

A sociedade brasileira ingressou no terceiro milênio vivenciando profundas mudanças que ocasionam crises dos valores morais e sociais, as quais conduzem muitas vezes a uma situação de incerteza e insegurança, especialmente, segundo Queirós (2004), entre grupos de jovens que necessitam, por assim dizer, de um novo rumo no caminho da valorização e da inclusão social. A inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50.

As pessoas são diferentes, têm necessidades diversas e o cumprimento da lei exige que a elas sejam garantidas as condições apropriadas de atendimento às peculiaridades individuais, de forma que todos possam usufruir das oportunidades existentes. Tratar desigualmente não se refere à instituição de privilégios, e sim, à disponibilização das condições exigidas pelas peculiaridades individuais na garantia da igualdade real.

Atualmente, a inclusão social vem chamando bastante atenção, seja como preocupação efetiva dos administradores públicos e sociedade civil organizada, seja como bandeira política. Para Albuquerque (2010, p.03):

Ao longo do século XX generalizou-se mundialmente a ideia e a prática da democracia política, social e econômica, capaz de assegurar amplamente direitos de participação em sociedade aberta

e de garantir a todos inserção produtiva geradora de renda suficiente. Tendo se encorpado no final do século nova onda de globalização e emergido, com a informativa e telemática, sociedade e economia apoiadas no conhecimento e na informação.

No Brasil, a preocupação com a inclusão também tem se difundido pelas diversas regiões do país. Segundo Oliveira (2009), passou a ocupar espaços crescentes na literatura social, especialmente na área de políticas públicas. Em 2002, na 25ª reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) foi colocada como prioridade a avaliação das políticas públicas da área, que resultou na demonstração das políticas regionais. Foram apresentados panoramas de inclusão nas cinco regiões do país, com dados muito preocupantes.

Existe uma forma de se medir fidedignamente a inclusão social num país, estado ou região. Chama-se Índice de Inclusão Social (ISS), e é uma gradação baseada em três componentes mais complexos (Emprego e Renda; Educação e Conhecimento; Informação e Comunicação). Para clarificar as informações e detalhar os resultados, existem ainda 12 subcomponentes (ALBUQUERQUE, 2010). Essa mensuração é utilizada a nível internacional.

A média do IIS de todo o país foi 6,56. De acordo com o estudo, o campo foi o lugar onde há mais exclusão. Para o Brasil rural, foi 4, o 48º - pior da lista. As menores taxas foram as do Nordeste rural (3,14), e do Norte rural (3,75). A melhor colocação de uma área rural foi 32º, com o Sul rural (5,68). O estado menos inclusivo é Alagoas (4,36). Os números mostram, porém, que é na área rural que a exclusão social tem diminuído mais rapidamente. O índice do Brasil rural cresceu em média 9% ao ano entre 2001 e 2008 e o do Nordeste rural, 7,9%. No Sul metropolitano, o ritmo foi de 4,2% no período. No Brasil, o ISS variou 5,3% ao ano.

O lugar mais bem avaliado foi o Sul metropolitano (que corresponde às grandes Curitiba e Porto Alegre), que registrou IIS de 8,30. Isso o classifica entre as dez áreas de inclusão média-alta (entre 7,50 e 8,50). Depois vem Santa Catarina (8,25) e o Distrito Federal (8,16). São Paulo tem um índice de 7,87 e o Rio de Janeiro 7,52, na décima posição. Nenhuma região teve índice considerado alto (superior a 8,50).

Rocha (2004) coloca que o esporte sobre seus variados aspectos, constitui-se de uma ferramenta importantíssima na busca pela inserção social dos indivíduos excluídos, e que a partir do momento que o poder público o propicia de qualquer forma, este passa adquirir um status comum a outros chamados equipamentos urbanos (saúde, educação e saneamento), que são priorizados ao se tratar de qualidade de vida do ser humano.

As crianças e adolescentes dos abrigos institucionais de João Pessoa tem como o esporte meio para diminuir os impactos causados pelos mecanismos de exclusão social. O esporte tem um papel importantíssimo quando aos invés de reprimir os privar certos direitos da crianças dentro dos abrigos institucionais, ele vem como um abertura para novos conhecimentos e oportunidades da pratica de esporte, de novas amizades, de conhecer seus limites, seu corpo, o respeito ao próximo, a competição saudável, que essas crianças não tinha quando moravam nas ruas de João Pessoa, em suas casas ou em outros abrigos onde já passaram.

Vejo que os abrigos institucionais estão inseridos dentro do paradigma da institucionalização segundo (Goffman, 1961; Pessotti, 1984; Silva, 1987; Aranha, 1980, 1995, no prelo). Fundamenta-se de maneira geral, na idéia de que a pessoa diferente, não produtiva, estaria melhor protegida e cuidada se mantida em ambiente

segregado, à parte da sociedade mais ampla. Assim, sua prática caracteriza-se essencialmente pela criação e manutenção das Instituições Totais, local de confinamento, onde esses cidadãos passam toda sua vida.

Muitas críticas foram feitas a respeito dessa situação por varias representações sociais, dando um ponta pé para que fosse desenvolvido um paradigma, denominado de Serviços, que assumiu concepções e idéias aparentemente diferentes do anteriormente adotado. Nesse paradigma segundo (Aranha 1995) passou-se a considerar que a pessoa diferente tem o direito à convivência social com as demais pessoas, mas para exercê-lo, tem primeiro que ser ajudada a se modificar, a se ajustar, no sentido de vir a parecer e a funcionar do modo mais semelhante possível ao dos demais membros da sociedade. Segunda a autora assim, começaram a proliferar instituições, entidades e organizações, tendo por como objetivos avaliar e oferecer, às pessoas com diferença, programas de intervenção que visam "aprontar" a pessoa diferente para o processo de integração social, entendido, por sua vez, como "processo de favorecimento da convivência de alguém tido como diferente, com os demais membros da sociedade, tidos como supostamente iguais".

O principal valor que permeia, portanto, a idéia da inclusão é o configurado no princípio da igualdade, pilar fundamental de uma sociedade democrática e justa: a diversidade requer a peculiaridade de tratamentos, para que não se transforme em desigualdade social.

2.4 DEFINIÇÃO DE ABRIGO INSTITUCIONAL

Denotativamente, ou seja, para os dicionários usuais, o termo abrigo significa, basicamente, proteção, ou mesmo o ato de abrigar. Essa definição simplória, apesar de estabelecer um significado geral e correto do termo, não abrange, obviamente, seu conceito para as ciências (sociais, humanas, da saúde, da educação) que tratam das instituições chamadas de abrigo. Antes de entrar factualmente no tema, então, é premente realizar uma breve definição desse conceito.

Para o ECA, abrigo é a instituição, em primeira instância, que seja regida por seus princípios, ou seja, instituições que sejam doutrinada por autarquias que não façam parte deste núcleo não são caracterizadas como abrigos, por exemplo, locais que se disponham a reabilitação de drogaditos e congêneres (BRASIL, 1990). Logo, entende-se que nem todo tipo de serviço que assista crianças e adolescentes é considerado abrigo, e que, para fins deste trabalho, é necessária esta primeira diferenciação.

São considerados abrigos, de acordo com Silva (2004, p.38), todas as instituições que oferecem acolhimento continuado a crianças e adolescentes desacompanhados de seus familiares, o que pressupõe regularidade nos serviços oferecidos e determina ao dirigente da instituição a equiparação legal ao guardião dos meninos e das meninas acolhidos. As entidades, portanto podem ser analisadas à luz dos artigos do ECA que tratam dos abrigos. São excluídas dessa definição as instituições com exclusividade de atendimento para adultos e adolescentes com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, mais

conhecidas como comunidades terapêuticas, as quais tem seu funcionamento e prestação de serviços disciplinados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e não pelo Estatuto da Criança e do Adolescente

Abrigo é um local, não necessariamente de responsabilidade do Estado, mas regulamentado por este, que acolhe crianças e adolescente que, por algum motivo, estejam afastados do convívio familiar. Aqui é importante destacar que não somente casos de abuso físico ou sexual servem de motivo para tanto, mas quaisquer eventos, de ordem natural ou não, que ocasionem tal condição. A permanência do indivíduo no estabelecimento não é fator limitante para a definição de abrigo, ou seja, locais que recebam crianças e adolescente por momentos em que os pais não possam estar com os mesmos também podem ser assim considerados.

Isto significa que o abrigo funciona quando, por diversos motivos, os pais ou responsáveis primevos não atendem a criança ou adolescente com a moradia e condições humanas básicas. Os motivos podem ser inapetência, comprometimento com a Justiça, ausência por motivos de saúde e até mesmo de trabalho, algo não raro num país de dimensões tão extensas como o Brasil etc. Assim, fica claro que o abrigo funciona como um meio de permanência e convivência alternativo ao lar familiar, quando este lhe faltar, uma alternativa que visa, em última instância, preservar a criança ou adolescente em sua integridade física e mental.

Não obstante, uma problemática bastante recorrente nas discussões sobre abrigos (OLIVEIRA, 2006; GUARÁ, 1996) tratam do caráter paliativo dos abrigos. Segundo sua própria definição, ora trabalhada, é possível perceber, sob um olhar mais crítico a nível social, que estas instituições acabam por suplantar deficiências da política social do país. A demanda desses locais se deve, em sua

grande maioria, a casos em que o Estado falha na prevenção da supressão da convivência familiar, e aí é possível incluir as necessidades financeiras pelas quais passam milhões de famílias no país, por exemplo. Isto é: os abrigos são necessários, em muitos casos, para contrabalancear a desigualdade social do Brasil, o que, inclusive só ocorre parcialmente, pois uma medida pontual como um abrigo não oferece de forma alguma suporte para uma mudança social.

Mudanças sociais precisam de um suporte maior da participação do governo municipal, já que as dificuldades são enormes para se enfrentar o problema diretamente na raiz. É preciso fazer com que os abrigos institucionais de João Pessoa funcionem para essas crianças e adolescentes, oferecendo oportunidades que eles nunca passariam em ter.

Há que se fazer com que o esporte seja investido maciçamente dentro dos abrigos institucionais, com contratação de mais profissionais de Educação Física como parte da equipe técnica das unidades e uma melhor estrutura física e de transporte, além de melhor remunerar os que já estão na ativa.

O IPEA (2003, p.307) traz os dados necessários ao entendimento da questão:

Ora, trata-se de um direito que tem sido violado, sobretudo com crianças e adolescentes oriundos de famílias empobrecidas. Para os dirigentes das instituições que executam programas de abrigo, as maiores dificuldades para o retorno das crianças e adolescentes para as famílias encontram-se nas condições socioeconômicas das famílias (35,45%), na fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar (17,64%), na ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar (10,79%), no envolvimento com drogas (5,65%) e na violência doméstica (5,24%). Portanto, se não houver pronta e eficaz ação municipal (aí incluídas intervenções de organizações não-governamentais) assim que detectada ameaça ou violação ao direito à convivência familiar e comunitária, só um programa de abrigo não bastará. Reinventaremos a roda dos expostos, os internatos, os orfanatos, os educandários que cumpriram suas finalidades numa época em que a “situação irregular” era a marca das crianças e adolescentes tratados como

“menores”, as formas de atendimento massificantes e sem perspectivas de o indivíduo acolhido pela instituição retornar ao convívio de sua família. O que o estatuto e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS prescrevem é que as ações municipais poderão responder a essas perguntas de forma particular, mas sempre tendo por objetivo, por ideal e por fundamento o cumprimento à doutrina da proteção integral e o resgate dos direitos de indivíduos e famílias permanecerem juntos, em condições de manutenção de seus membros.

O dever de modificar é justamente de quem tem a responsabilidade de buscar mudar o sempre que posto pela sociedade, ou melhor, imposto para nós. Devemos mostrar que outra sociedade é possível, onde as pessoas convivam sem preconceito, sem discriminação, menos exclusão e mais inclusão (Aragão, 2011, p.202).

E é justamente nesse sentido que caminha o trabalho realizado no abrigo em questão nesta pesquisa: a inclusão social a partir do esporte, não apenas tendo em vista o desenvolvimento físico, mas também uma oportunidade de reestruturação social dos garotos atendidos, como será devidamente exposto na discussão dos resultados.

Embora o abrigo institucional seja um local de passagem que a crianças e o adolescente são acolhidos por um certo tempo, que eles possam ter o convívio familiar e seus direitos preservados, como é colocado no que compreende a estrutura política dos abrigos institucionais.

2.5 A ATUAL SITUAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS EM ABRIGOS

Vários estudos, ao longo dos anos, têm sido realizados em relação à situação de abrigos institucionais de crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. O que se percebe é que tais estudos apresentam diferentes opiniões sobre o papel desta medida de proteção na vida das crianças e adolescentes.

Um ramo dos estudos científicos dedicados à institucionalização de crianças e adolescentes é voltado para a compreensão histórica e social do ato de colocar crianças e adolescente abandonada ou em vulnerabilidade social em abrigos institucionais, desde o surgimento desta prática até os dias atuais, passando pela discussão das diferentes concepções de infância vigente em cada época e dos fatores envolvidos no uso desta medida. (Priore, 1991; Leite, 1991; Dos Santos, 1996; Abreu & Martinez, 1997; Martinez, 1997; Rizzini, 1997; Marcílio, 1998; Dos Santos, 1999; Silva, 2003; Valdez, 2003; Borrión & Chaves, 2004; Priore, 2004; Dos Santos, 2004; Ramos, 2004).

Partindo, portanto, do modelo de Instituição TOTAL, o ECA propõe um repensar sobre as questões que envolvem a infância e juventude em situação de risco social e pessoal, e define por uma política voltada para a individualização do sujeito, visando assegurar a sua formação física e mental de forma mais valorativa.

Todo esse contexto, é que faz-se necessário conhecer como está pensado o atendimento de crianças e adolescentes em regime de abrigo, ou seja, aqueles que estão em situação de risco pessoal e social.

A proposta legal para esse atendimento está focada no respeito ao direito à convivência familiar, como direito indisponível, portanto, a hipótese de não garantia desse direito é tratada como algo excepcional, provisório e transitório, e ainda assim, deve-se cuidar para garantir o atendimento de forma mais familiar possível.

ECA Art.19 – Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Essa mudança provocou a desconstrução de velhas práticas, e o irromper de paradigmas se estabeleceu como única condição possível para se imperar a nova política. Grandes instituições com a utilização de espaços exclusivos de atendimento foram flagrados como lugares segregadores e inibidores da convivência social e comunitária, portanto, prejudiciais ao desenvolvimento humano.

ECA Art.101 – Parágrafo Único – O Abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

Diante desta realidade proposta pela lei, os atendimentos em regime de abrigo são pensados como uma medida de proteção excepcional, provisória, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, e que não implica em privação de liberdade (ECA, art.101, parágrafo único):

Estas diretrizes propõem o reordenamento das instituições, de forma a garantir que elas ofereçam um acolhimento residencial, e que seja o mais semelhante possível com a rotina familiar.

O atendimento deverá ser caracterizado pelo apoio à criança e ao adolescente, 24 horas ininterruptamente, personalizado, tendo como premissas básicas a transitoriedade e a excepcionalidade, oferecendo proteção em moradia dentro de clima residencial, em pequenos grupos, participação da vida da comunidade e utilização de seus recursos.

As instituições pesquisadas passaram a fazer parte da Política de Proteção Social Especial de Alta Complexidade prevista pelo SUAS que se caracteriza pela garantia de proteção social integral às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social (vítimas de abandono, de maus tratos físicos, psíquicos ou abuso sexual, usuários de drogas, adolescentes em conflito com a lei, moradores de rua, famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados, que tenham rompido laços familiares e comunitários).

As mudanças com a implantação do SUAS, apesar de estarem iniciando, já apresentam alguns resultados que são percebidos ainda que superficialmente.

Ainda que o SUAS traga uma discussão avançada em termos de aplicabilidade da Assistência Social, é importante lembrar que essas diretrizes levarão um tempo até que sejam incorporadas às práticas dos profissionais que estão neste campo, além da necessidade de superação da cultura assistencialista que ainda se faz presente.

A sociedade brasileira passa por momentos de profundas mudanças, e falar sobre políticas públicas sociais necessariamente leva a se descrever um pouco do processo do surgimento, construção e implantação desse componente, discutindo dentro do contexto da política brasileira. Pois a política tem um peso enorme, especialmente quando se trata de programas, projetos que venham a

melhorar a situação da população, em especial de crianças e adolescentes em risco social ou institucionalizadas.

Concordamos com Draibe (1993) ao dizer que políticas públicas sociais são aqueles dispositivos destinados a garantir o que é socialmente definido como um mínimo de condições de vida para aqueles a quem ela se destina, ou seja, aqueles que não obtiveram esse mínimo em suas vidas.

Na verdade, as Políticas Públicas Sociais cumprem o papel de auxiliarem na reprodução da força de trabalho, e mesmo na reprodução do capital, ao entrarem como salário indireto na composição do salário total do trabalhador, liberando assim uma parcela de seu salário para consumo de bens de serviços (OLIVEIRA, 2006, p.34).

As políticas sociais surgiram como fruto da relação entre as diferentes classes da sociedade, e se constituíram como uma alternativa entre a repressão e a caridade. Por um lado, foram e são frutos da organização e mobilização da classe operária por bens sociais e por uma participação política, bem como por seu reconhecimento no cenário público. Para Iamamoto & Carvalho (2000), as políticas sociais são impulsionadas por diversos fatores como:

As partes fragmentadas da questão social e da vida do trabalhador, de sua reprodução, como habitação, educação, saúde e assistência social; e muitas vezes a fim de permitir o achatamento dos ganhos em dinheiro desses trabalhadores, através da substituição do dinheiro por serviços sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2000, p.32).

Não obstante, as políticas públicas sociais, apesar de serem um direito e uma solicitação da classe trabalhadora, seguem uma hierarquia que:

Em geral vêm “de cima para baixo”. Elas são construídas, implementadas e geridas pelo governo – municipal, estadual ou

federal - ou ONG's, esferas essas que são mais influenciadas pela elite econômica do que pelos trabalhadores; assim os serviços em geral são construídos sob a ótica da elite sobre aquilo que os trabalhadores precisariam (Op. Cit., p.57).

Os serviços de atenção social, assim como as políticas sociais, também passam pela contradição inerente a esse tipo de serviço: por um lado são frutos da reivindicação dos trabalhadores, por outro funcionam como um mecanismo de controle destes, e de amortecimento das contradições sociais. Essas mudanças sofridas na estrutura das sociedades capitalistas refletiram-se na forma de agir do Estado, sendo assim atingidos também os padrões adotados para as políticas públicas sociais (GOHN, 1992).

As políticas públicas, na atual conjuntura nacional, vêm tendo papel fundamental na estrutura das sociedades, que precisam deste dispositivo sólido e seguro para seu bem-estar, gerando uma realidade melhor e mais equilibrada. Quando não efetivada, causa grandes danos à faixa menos desfavorecida.

Considerando o atual panorama político-econômico do país, desfavorável ao desenvolvimento social de sua população menos favorecida, torna-se evidente o crescente número de crianças e adolescentes abandonados socialmente, privados do convívio parental, do acesso à educação, à saúde, ao lazer e principalmente de políticas públicas adequadas e ecologicamente comprometidas com o pleno desenvolvimento e inserção social desta grande parcela de brasileiros (COSTA, 2005, p.30).

O sistema capitalista gerador desta realidade, por conseguinte, passa por seu mais avançado ritmo de decadência, produzindo em grande escala: miséria, catástrofes, mudanças climáticas, violência generalizada, rebeliões penitenciárias, ficando cada vez mais lastimável a sobrevivência entre os seres humanos (ARAGÃO *et al*, 2006, p.117).

Para o liberal Adam Smith, todos esses fatos históricos e científicos em relação à importância aos mecanismos de política social são um caráter natural do capitalismo e é assim inerente ao processo de acumulação, ou seja, todos esses fatos são consequências dessa sociedade, e os problemas gerados por essa ideologia aconteceriam de qualquer forma (SPOSATI, 1994, p.65).

A despeito de sua inclusão na ordem do direito, portanto dever do Estado, a assistência social pública pode continuar a ser implementada por organizações não-governamentais, como recursos e subvenções públicas, as quais devem desenvolver suas ações a partir das indicações, devem submeter-se ao estatuto do direito e do dever legal. (BOSCHETTI, 2003, p.44)

Entende-se, desta forma, que o processo de descaso e abandono de crianças e adolescentes no Brasil é estrutural e, conjunturalmente, uma decorrência das políticas governamentais aqui implementadas. Observa-se também a complexa relação existente entre o neoliberalismo, como concepção ideológica, e a elaboração de políticas sociais e implementação de políticas governamentais.

A implementação de políticas públicas sociais para a população em situação de exclusão deverá ocorrer através de ações e programas baseados nos princípios fundamentais dos Direitos Humanos, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e consolidação de autonomia, fortalecendo a democratização do Estado para as transformações sociais.

Os atendimentos em regime de abrigo institucional, um exemplo de política pública de caráter social, são pensados como uma medida de proteção excepcional, provisória, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, e que não implica em privação de liberdade.

Como ainda são frágeis e insuficientes os programas e serviços alternativos de atenção à família e de acolhimento domiciliar o abrigo continuará sendo, por algum tempo, o lugar de cuidados da criança e do adolescente em situação de risco pessoal no Brasil, mesmo que seja esta a última opção indicada pelo sistema de proteção. Mas a aposta na melhoria das redes de acolhimento e cuidado coletivo em abrigos deve incorporar também a luta por uma comunidade e uma sociedade segura e acolhedora das demandas da infância em todas as políticas sociais e a progressiva ampliação de programas de acolhimento familiar com acompanhamento profissional. (GUARÁ, 1998, p. 25)

Analisando-se os dispositivos de estatuto como o artigo 101 que fala sobre o abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição, não implicando privação de liberdade. Conclui-se que a legislação inova ao introduzir princípios que, se cumpridos, podem evitar a institucionalização de crianças e adolescentes historicamente difundida e praticada no Brasil.

No último mandato governamental, a área dos direitos humanos foi desmembrada do Ministério da Justiça, tendo sido criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), ligada à Presidência da República para o atendimento aos direitos sociais básicos, que contemplam as políticas de educação, saúde, esporte, cultura e lazer.

O tema crianças e adolescentes está a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SPDCA), responsável pela coordenação nacional da Política de Proteção Especial às Crianças e aos Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social, cujo atendimento não seja contemplado no âmbito de atuação das demais políticas setoriais - saúde, educação e assistência social.

A Política envolve todo o sistema de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, composto pelos Conselhos de Direitos e Tutelares, Ministério Público e Judiciário.

Já a assistência social se constituiu a partir de 2004 numa secretaria integrante do novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, responsável pelas ações referentes à execução do atendimento em instituições, bem como ao suporte técnico e financeiro para os programas na área da infância e da adolescência.

As ações voltadas ao atendimento a crianças e adolescentes em situação de abandono e vítimas de maus tratos e/ou violência são realizadas de forma integrada pelas áreas de direitos humanos e de assistência social do governo federal. Entre as modalidades de ações da esfera federal na área de assistência social inclui-se a Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) /Abrigos para crianças e adolescentes, vinculadas à Secretaria de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome.

A Rede SAC visa à melhoria de vida da população, e suas ações estão voltadas para as necessidades básicas, com prioridade à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social.

Para Silva (2004, p.197), a retirada do convívio familiar deve ocorrer apenas quando for medida inevitável e, ainda neste caso, a permanência das crianças ou do adolescente em abrigo deve ser breve.

2.6 ABRIGOS: ESPAÇO DE HUMANIZAÇÃO OU DE EXCLUSÃO?

Os abrigos se enquadram nos serviços de proteção social especial de alta complexidade, aqueles que oferecem atendimento às famílias e indivíduos com uma grave violação de direitos, sem vínculos familiares e comunitários e se inscrevem na necessidade de proteção integral aos seus usuários. Serviços para indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias.

Muitas delas se encontram nas ruas, perambulando em vários bairros de João Pessoa morando em lugares sem nenhuma segurança, ou nos sinais pedindo dinheiro correndo o risco de ser acidentado. O dinheiro obtido por eles na maioria das vezes não é para comprar alimento, mas para fazer o uso das drogas.

No município de João Pessoa, a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) é a responsável por promover a universalização do direito dos cidadãos e cidadãs à proteção e à inclusão social. Desde janeiro de 2005, a Sedes vem se reestruturando para adequação à política da implementação do Sistema Único da Assistência Social (Suas). É sua missão:

Implementar políticas públicas sociais para a população em situação de exclusão, através de ações e programas baseados nos princípios fundamentais dos Direitos Humanos, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e consolidação de autonomia, fortalecendo a democratização do Estado para as transformações sociais. A diretoria é responsável pela execução das ações de assistência social que garantam a proteção integral às pessoas e seus familiares em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social através de ações sócio-educativas, de programas de transferência de renda, de acolhimento e convivência em centros de referência e orientações/encaminhamentos para a rede sócio-assistencial nas três esferas governamentais. (ALMEIDA, 1997, p.89)

Já o financiamento dos serviços de natureza continuada, tais como creches, asilos para idosos e abrigos para crianças e adolescentes, realizados por organizações governamentais e não governamentais, é feito por meio do repasse fundo a fundo, que deve ser regular e seguir critérios de partilha pactuados nas comissões intergestoras (SILVA, 2004).

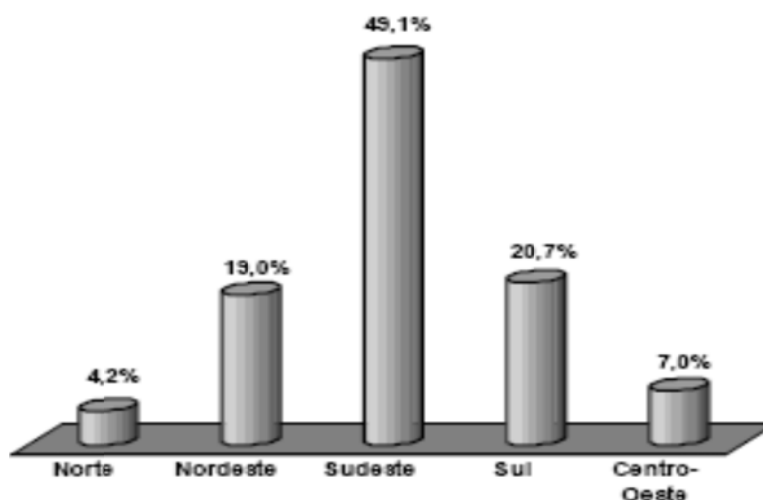
A assistência social é um direito da população que dela necessita, conforme previsto na Constituição Federal, cabendo ao Estado o dever legal da sua condução. Dando a oportunidade aos cidadãos que são providos de falta de estrutura familiar e de condições financeiras.

Depreende-se daí que o atendimento aos direitos sociais básicos das crianças e adolescentes em risco social institucionalizadas é de responsabilidade do poder público, em seus três níveis - União, estado e municípios.

Entretanto, instituições desses tipos muitas vezes não atendem às necessidades básicas importantes para uma boa acolhida, bom desenvolvimento, crescimento biológico e psicológico. Onde crianças e adolescentes precisam ter nas suas vidas estes aspectos comportamentais em plena harmonia

“A problemática da institucionalização na infância e na adolescência, por estar presente na realidade de muitas famílias brasileiras em condições socioeconômica desfavorecida, representa uma dimensão relevante de estudo na atualidade” (SIQUEIRA et al, 2006, p.71).

Cerca de 80 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos no Brasil. O levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes encontrou cerca de 20 mil crianças e adolescentes vivendo em 589 abrigos pesquisados, sendo na sua maioria meninos entre as idades de 7 e 15 anos, negros e pobres (SILVA, 2004).

Gráfico 1 – Distribuição das instituições nas grandes regiões brasileiras

Fonte: IPEA/DISOC (2003)

Em João Pessoa, cerca de 280 crianças e jovens moram em abrigos institucionais. Destas, 30 residem nos quatro abrigos da prefeitura municipal (ALMEIDA, 1997). Já dados recentes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), juntamente com a Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) identificaram em 2009 aproximadamente 2800 abrigos governamentais e não governamentais, nos quais se estima que haja mais de 50 mil abrigados.

O levantamento nacional de abrigos institucionais para crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada (SAC) do MDS realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)² e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda) mostrou que a institucionalização se mantém, ainda nos dias atuais, como caminho utilizado indiscriminadamente e, muitas vezes, considerado o único possível para a proteção da infância e da adolescência, demonstrando que o princípio da excepcionalidade da medida de

² Apesar de os dados corresponderem a documento de 2003, observa-se que a realidade deste fenômeno ainda é corrente.

abrigo, contemplado de maneira expressa pelo artigo 101 do ECA, não vem sendo respeitado desde sua criação. O artigo resolve:

- I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II - orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V - requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VII - abrigo em entidade;
- VIII - colocação em família substituta (BRASIL, 1990, p.37).

O abrigo institucional não é a solução para resolver o problema familiar ou estrutural, nem é a moradia ideal desses jovens, mas se tornou uma forma paliativa de sanar as desigualdades encontradas em nosso país.

Colocar crianças e adolescentes em abrigos, casas lares ou albergues também é uma forma de abandono, uma vez que não são respeitados os direitos das crianças e adolescentes pregados pelo ECA, mas sim excluindo as mesmas.

Esses jovens crescem em meio às contradições do processo de modernização da sociedade brasileira das últimas décadas e não experimentaram a melhoria no padrão de vida da população em geral, ao mesmo tempo em que são atingidos por novas desigualdades (MARTINS, 1997).

E que dentro dos abrigos institucionais continuam muitas vezes vivendo sem a estrutura necessária para ter o convívio familiar que tanto lhe fizeram falta em sua vida, ou as oportunidades que lhe faltaram como educação, saúde e esporte.

2.7 ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ABRIGOS INSTITUCIONAIS DE JOÃO PESSOA

No Brasil, a partir dos anos 80, como discutido anteriormente, as políticas públicas passaram por profundas mudanças institucionais, fruto de uma multiplicidade de processos que geraram alterações na ordem político-democrática e administrativos do Estado. Essas mudanças tiveram desdobramentos sobre a revalorização do poder local e sobre a modificação das políticas públicas municipais

A Política de Proteção Social Especial de Alta Complexidade está fundamentada nas Diretrizes da Proteção Social Especial, atendendo demandas do Suas e da Política de Assistência Social. Ela está prevista no Capítulo II do ECA, artigo 92. Art. 92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
 - II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
 - III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
 - IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
 - V - não desmembramento de grupos de irmãos;
 - VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
 - VII - participação na vida da comunidade local;
 - VIII - preparação gradativa para o desligamento;
 - IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- Parágrafo único. O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito. (BRASIL, 1990, p.18)

O acolhimento em unidades de abrigo, com curta ou longa permanência, é destinado a crianças e adolescentes com vínculos familiares fragilizados ou àqueles que foram afastados de suas famílias de origem, por violência ou

negligência extrema. A seguir, as unidades vinculadas à prefeitura municipal de João Pessoa participantes do estudo.

Em 14 de outubro de 1998 foi inaugurada a Granja Morada do Betinho, sendo responsável pela iniciativa a prefeitura, em parceria com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeronáutica (Infraero), através do Convênio de Cooperação Mútua nº 004/PM/SRRS/SBTJ/97-032, onde a então Secretaria de Trabalho e Promoção Social (Setraps). Atualmente, a Sedes passou a ser responsável pela unidade. Com intuito de atender às necessidades físicas e promover o bem-estar dos acolhidos, a unidade está localizada provisoriamente na rua Francisca Moura, nº 150, Centro.

O trabalho utilizado pela prefeitura ocorre através de várias ações, proporcionando um bom atendimento às crianças e adolescentes, e acompanhamento às famílias. São realizadas visitas domiciliares às famílias biológicas, parentes e outras simpatizantes (famílias que acolhem as crianças nos finais de semana, feriados e recesso escolar). No tocante a estas, realizam-se reuniões mensais, onde é discutido qual o papel de cada um neste processo de responsabilização com o acolhido, tendo em vista que estas são incluídas nos programas sociais do governo federal; também é feito o levantamento das potencialidades das mesmas.

Os sujeitos em questão estão inseridos em unidades escolares da rede pública, acompanhamento médico e psicológico, inclusão nos cursos de formação profissional, formação de hábitos de higiene, viabilização de documentação, bem como no desenvolvimento de atividades educativas, recreativas e esportivas. Mensalmente são elaborados relatórios a respeito desses processos.

Atualmente, o Abrigo Morada do Betinho atende crianças e adolescentes do sexo masculino com faixa etária de 07 a 18 anos. A unidade tem a capacidade de abrigar 16 acolhidos. Estes são encaminhados pelos Conselhos Tutelares, Promotoria e Curadoria da Infância e Juventude e Vara da Infância e Juventude.

O Abrigo Manaíra está localizado na Rua Francisco Brandão, 925 e 937, no Bairro de Manaíra, antes denominado Recanto da Meninada. Assim como a unidade supracitada, o abrigo também foi criado após o censo de meninos e meninas em situação de rua, realizado no ano de 1997, efetivado pela prefeitura municipal e coordenado pela Sedes, mas para atender crianças e adolescentes dos sexos masculino e feminino que perambulavam pelas ruas, pediam esmolas nos sinais de trânsito, entre outras ações socialmente marginais, apresentando dificuldades de retornar para sua família. Tendo seu registro solicitado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no dia 10 de novembro de 1999 e em 06 de abril de 2000, a referida unidade foi registrada e certificada em ata.

O antigo Recanto da Meninada era localizado no Loteamento São Gonçalo, no bairro de Manaíra (Comunidade Chatuba), numa área com três terrenos conjugados cedidos à prefeitura. Era vinculada ao Programa É Pra Crescer – Projeto Meninada, desenvolvido pela Setraps. Atualmente, para atender aos requisitos do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária foi compreendido que era necessário urgentemente a adequação da modalidade de atendimento que respeitasse principalmente a individualidade e cada um (a), pois apesar da permanência da criança e do adolescente ser provisória e excepcional, o processo deve ser entendido como um período importante na trajetória de vida, passando, porém, a ter seu funcionamento na dinâmica de Abrigo Institucional. Atende até vinte e quatro crianças em sistema de Casa Abrigo, onde são garantidos os direitos

básicos de moradia, lazer, educação e saúde, visando à preparação daquelas crianças e adolescentes para o processo de reintegração familiar e social.

Em 27 de julho de 2005, inaugurou-se a Casa de Acolhida, instituição com sede na Rua Afonso Campos, nº 267, Centro, efetivada pela Sedes. Tem como objetivo ser uma instituição de retaguarda para este público em situação de risco, rua e vulnerabilidade social, atendendo até vinte e quatro crianças e adolescentes de ambos os sexos, onde eram garantidos os direitos básicos de moradia, lazer, educação e saúde, visando à preparação de crianças e adolescentes para o processo de reintegração familiar e social. Teve seu desmembramento em 14 de janeiro de 2008, com a criação da Casa de Acolhida Feminina, passando a atender portando adolescentes somente do sexo masculino, assim se tornado a Casa de Acolhida Masculina.

São duas modalidades distintas da Política de Proteção Especial, os abrigos institucionais e a casa-lar, mas que atendem o mesmo público, variando na faixa etária, sexo e gênero. De que forma vai ser executado fica com a responsabilidade dos órgãos governamentais no caso a prefeitura municipal de João Pessoa/PB.

Este serviço prevê o acolhimento provisório de curta permanência e atua junto ao processo de saída da rua, funcionando como um espaço de transição entre a rua, a família e a comunidade, possibilitando um diagnóstico mais preciso sobre a situação social, econômica, psíquica e educacional do acolhido.

2.8 ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE E OS AVANÇOS NA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

Nova perspectiva social foi inaugurada com o ECA, Lei Federal 8.069/90, representando um marco de fundamental importância para uma nova concepção de atenção às questões que envolvem crianças e adolescentes. O ECA coroa a doutrina da proteção integral, constituindo-se na única legislação no contexto latino-americano adequada aos princípios da Convocação das Nações Unidas sobre o Direito da Criança (SILVA, 2004). Consolidou novas formas de ver a infância e a adolescência e, conseqüentemente, de atendê-las quando em situação de risco pessoal ou social.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, novas diretrizes são estabelecidas para a política de atendimento. O Estatuto é caracterizado como um novo marco na ação do Estado e da sociedade no trato da infância (Bazílio, 2003).

Bazílio (2003) destaca alguns fatores que demonstram a originalidade do ECA em relação aos antigos códigos. São eles:

“A ampla participação de setores da sociedade civil na mobilização e redação da nova lei”;
“... o novo texto legal incorpora a ação de um movimento social”
“... do ponto de vista conceitual, o Estatuto abandona o paradigma da ‘infância em situação irregular’ e adota o princípio de ‘proteção integral à infância’ (p.20 e 21).

Alguns números apontam para uma melhora expressiva na vida de quase 60 milhões de brasileiros com menos de 18 anos nas duas décadas de existência do estatuto. Em seus 267 artigos, o ECA impõe ao Estado e à sociedade uma série de

obrigações e deveres que resultaram em uma grande rede de proteção social para crianças e adolescentes.

Os números falam por si: em 20 anos a mortalidade infantil caiu mais de 60%; o analfabetismo entre as crianças de 10 a 14 anos, que era de 14%, em 1990, foi reduzido a 2,8% (IBGE, 2008); e o trabalho infantil, outra chaga brasileira, teve queda de 50% em quase 20 anos. No entanto, ainda seguem altos os índices de gravidez na adolescência, e a violência contra crianças e adolescentes continua sendo um problema de difícil solução.

Como exemplo, a tabela abaixo trata da expectativa de vida de todas as idades, inclusive das evidenciadas neste parágrafo:

Tabela 1 – Expectativa de vida (1998-2008)

Idades	1998			2008		
	Ambos os sexos	Homens	Mulheres	Ambos os sexos	Homens	Mulheres
0	69,66	65,94	73,53	72,86	69,11	76,71
1	71,05	67,50	74,71	73,60	70,02	77,24
5	67,61	64,09	71,24	69,94	66,40	73,54
10	62,75	59,26	66,36	65,06	61,53	68,64
15	57,89	54,44	61,47	60,16	56,65	63,72
20	53,26	49,96	56,66	55,47	52,10	58,86
25	48,78	45,73	51,90	50,91	47,77	54,03
30	44,34	41,54	47,18	46,36	43,43	49,25
35	39,94	37,38	42,52	41,84	39,10	44,51
40	35,61	33,27	37,95	37,39	34,84	39,85
45	31,41	29,29	33,51	33,06	30,70	35,31
50	27,38	25,48	29,24	28,89	26,74	30,92
55	23,53	21,85	25,14	24,90	22,96	26,70
60	19,93	18,49	21,26	21,16	19,46	22,70
65	16,58	15,39	17,65	17,68	16,23	18,96
70	13,52	12,58	14,34	14,50	13,32	15,51
75	10,89	10,22	11,45	11,76	10,88	12,47
80	8,72	8,31	9,05	9,50	8,94	9,93

Fonte: IBGE, 2008.

Não obstante, o estatuto ainda é alvo de críticas de especialistas que lidam com jovens infratores. Uma pesquisa feita pela Universidade Federal da Bahia e financiada pelo Ministério da Justiça mostra que a lei é interpretada de maneiras diferentes pelos juízes, o que dificulta seu cumprimento. Os pesquisadores concluíram que há excesso de internações de jovens infratores e jovens em vulnerabilidade social, o que deveria ser a última alternativa (SILVA, 2004).

De acordo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, hoje há 11901 adolescentes internados no país. Outros 3471 estão em internação provisória. Sobre as outras medidas, como prestação de serviço comunitário e reparação do dano, não há estatísticas conhecidas.

No Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, os pesquisadores constataram que 89% das decisões foram alvo de recursos, mas 91% deles foram negados. O índice também é alto na Bahia, onde 46% dos condenados entraram com recurso. Desses, mais de 66% foram negados. A pesquisa de campo foi feita em tribunais de Justiça dos estados de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), no período de janeiro de 2008 a julho de 2009. Ela indica que o tratamento dispensado ao adolescente autor de infração penal no Brasil é até mais severo do que o destinado ao infrator adulto.

A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), Lei Federal 8.742 de 07 de dezembro de 1993, também assinala para o novo entendimento e optou pela prioridade de organização dos serviços sociais para crianças e adolescentes em risco pessoal e social, referindo-se, portanto, de modo especial, ao atendimento em regime de abrigo.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes integrando os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sejam eles de natureza público-estatal ou não-estatal, devendo-se pautar nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças. (BRASIL, 2009)

O acolhimento institucional ainda cumpre papel importante no cuidado com crianças e adolescentes em situação de ameaça ou violação de direitos no Brasil, sendo relevante reconhecer suas características e avaliar o seu nível de adequação ao ECA (ALMEIDA *et al*, 1997, p.44).

Em 2003, primeiro ano do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a Conanda, do governo anterior, foi desmembrada do Ministério da Justiça, sendo criada a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Sedh). Dentro da Sedh, o tema criança e adolescente está a cargo da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Spdc). Já a assistência social chegou a ter, no início do mesmo ano, o status de ministério, voltando a ser, no começo de 2004, uma secretaria integrante do novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SILVA, 2004).

2.9 O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELO ESPORTE

O esporte e a educação física ou atividade física orientada com fins definidos vêm, a cada dia, ampliando o número adeptos e ocupando maior espaço no contexto da nossa sociedade. Inserem-se na moderna concepção de lazer e de promoção social como um dos fatores importantes na qualidade de vida. São amplamente aceitos os valores da atividade física e do esporte nos aspectos educacionais, da saúde e do lazer, como parte integrante da vida das pessoas na sociedade atual.

O esporte tornou-se uma das formas mais populares de lazer com a qual os aficionados identificaram seus próprios sonhos de realização pessoal. Assim, o esporte é hoje uma paixão e um divertimento para os aficionados, um negócio para os que dirigem, uma profissão para os que o praticam e o estudam, uma questão do Estado e da iniciativa privada.

Muita atenção deve ser dada quando da prática de esportes com crianças e adolescentes, uma vez que nessas idades são mais contundentes os danos causados por exercícios mal feitos, uma vez que trata-se de um momento de desenvolvimento crítico, com crescimento de articulações, ossos, músculos etc. É muito comum na prática esportiva destinada a crianças, a utilização de modelos não adequados, tanto nas competições como nos programas de formação e treinamento, onde são exigidas performances não compatíveis com o momento ontogênico dos indivíduos.

O esporte tem um sentido amplo incluindo modalidades individuais/ coletivas e que escapam ao controle dos que dele participam (...) onde a participação individual, em grupo e institucional envolve na realidade, um julgamento de valor em relação aos comportamentos, formas de agir e de reagir dentro dos diferentes tipos de Esportes (SIMÕES & DE ROSE JR, 1999, p.88).

A iniciação da criança nas atividades esportivas dentro da escola deve ser observada com muito critério e cuidado, para que não seja repetida nas aulas de Educação Física uma prática esportiva onde se valorizam somente os resultados atléticos, desconsiderando os valores educacionais e morais possíveis através da prática esportiva.

Erickson (1987) descreve que entre os seis e doze anos existe, a nível psicológico, o período de produtividade versus o período de inferioridade. Neste período, a criança necessita de aprovação das figuras afetivas como: pais, professores, treinadores, nas suas tarefas (ler, escrever, calcular, nas habilidades sociais e esportivas, etc.). Caso não consiga a produção esperada, pode desenvolver um sentimento de inferioridade.

Tani et al (1988) considera de relevante importância que os objetivos da Educação Física acompanhe as necessidades demandadas do próprio processo de mudanças no comportamento humano, ao longo do seu desenvolvimento.

As atividades curriculares e/ou extracurriculares interescolares e/ou intraescolares são uma possibilidade de enriquecer o processo educativo/formativo do cidadão, mas ressalva-se que é de significativa importância que as mesmas sejam planejadas e articuladas com os entes federados e a comunidade escolar, no contexto do projeto político-pedagógico, qualificando as estratégias e as ações do processo educativo/ formativo (BENTO, 1998).

Atividades extraclases como ações artísticas, históricas, culturais, religiosas, cívicas, festivas, recreativas, esportivas, jogos escolares (interseris e interescolares), feiras e exposições de trabalhos pedagógicos, são elementos potenciais no processo educativo/formativo da sociedade, porque de uma forma ou outra envolvem um universo significativo de pessoas através de instituições governamentais ou não, direções e chefias, professores, alunos, funcionários, pais, amigos e comunidade em geral. Chama-se atenção para o fato de que algumas escolas utilizam esses eventos de forma a enriquecer o processo pedagógico, mas outras, simplesmente participam ou promovem o evento pelo evento, deixando de desenvolver a ética, a responsabilidade social, o senso democrático, a aplicação e construção/reconstrução do conhecimento científico, entre outros fatores educativos/formativos (KUNZ, 1004).

Entre as referidas atividades, destaca-se neste estudo o evento esportivo como espaço para a educação/formação do cidadão, utilizando o regime de colaboração como recurso para viabilizar/potencializar as ações desejadas. Considera-se este, um espaço pedagógico importante, porque cada vez mais tem atraído a participação da comunidade escolar, nas mais variadas modalidades esportivas individuais e coletivas e tipos de eventos, dentro e fora da escola.

Os esportes, em geral, na escola são conteúdos curriculares hegemônicos nas aulas de educação física. Em decorrência do desenvolvimento desta área do conhecimento, surgem os eventos esportivos, realizados na escola ou entre escolas de uma rede ou envolvendo várias redes de ensino, tanto públicas como privadas os quais, na maioria das vezes, são projetados e realizados a partir da perspectiva do sistema esportivo e do esporte de rendimento deixando de

considerar o objetivo primeiro do sistema de ensino que é a educação do cidadão e o desenvolvimento dos princípios éticos (ibidem).

Oliveira (2006) afirma que um dos principais objetivos dos programas de atividades físicas é oferecer a oportunidade para todas as pessoas participarem e tomarem consciência sobre as infinitas possibilidades do ser humano, considerando-se as necessidades e os limites individuais.

Nas práticas esportivas desenvolvidas dentro dos abrigos institucionais, deve-se primar pelo respeito às individualidades biológicas, cognitivas e afetivas das crianças e adolescentes, principalmente as cognitivas e afetivas, visto que os mesmos, ao chegarem às unidades, não são tão receptivos às novas rotinas.

O desenvolvimento da sociedade moderna, que apresenta muitos aspectos positivos, tem trazido também crises, entre as quais de ética; da qual a opinião pública começa a tomar consciência. Ela toma forma específica com relação a ética pública ou política e tema cidadania passa ser relevante

Diante das mudanças profundas e rápidas que caracterizam a sociedade de hoje, os profissionais do campo da educação física, do esporte e do lazer não devem cair na incerteza ou imediatismo, mas esforçaram-se para compreender os novos desafios. Mudanças culturais, pluralismo cultural, avanços da modernidade, pluralismo religioso e globalização são termos cada vez mais presentes no dia a dia.

As crianças e adolescentes devem também usufruir dessas mudanças culturais que beneficiaram em seu desenvolvimento com cidadão.

2.10 A EDUCAÇÃO FÍSICA E O ATLETISMO

Vivenciar, nesse período de preponderantes estímulos negativos biopsicossociais, movimentos corporais que estão dentro das práticas esportivas e principalmente as do atletismo, como o saltar, correr e arremessar pode contribuir na construção de uma expressão cultural do aluno mais sadia (OLIVEIRA, 2006).

A educação física é um dos componentes integrantes a proposta pedagógica de qualquer ambiente educacional, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população onde é aplicada. O atletismo, por sua variedade de movimentos, é considerado como a base de todo o esporte.

A educação física abrange diferentes campos do conhecimento e ainda é pouco discutida por parte de educadores e profissionais, mas a mesma vem se preocupando com estudos relacionados aos seus benefícios da prática de qualquer atividade física, procurando analisar e levantar dados referentes à prática da educação física em instituições acolhedoras (NAHAS, 2001).

Mesmo trabalhando com modalidades esportivas, a educação física, por meio de suas atividades motrizes, desenvolve na criança a ludicidade, a interação social, a afetividade, o respeito mútuo, transmitindo ainda conhecimentos sobre a cultura corporal de movimento. Benefícios esses que são favoráveis para um melhor condicionamento de qualquer indivíduo, seja ele jovem ou idoso. A comprovação de que atividade física regular moderada traz inúmeros benefícios tanto fisiológicos como psicológicos aos seus praticantes está presente na literatura da área. Destaca-se a redução do risco para doenças crônicas, especialmente cardiovasculares (principal causa de morte e dependência funcional no Brasil); e redução dos danos

causados pelas drogas (NAHAS, 2001).

Os exercícios devem ser orientados por um professor de educação física, tanto na escola como nas instituições acolhedoras, que precisam em suas grades curriculares e em seus projetos pedagógicos da disciplina educação física.

No estudo realizado em 2007 pela Rede Margaridas Pró Crianças e adolescentes (Remar) verificou-se que dos abrigos de João Pessoa apenas 17,6% oferecem atividades esportivas. Os índices relativos às atividades culturais, de lazer e esportes também deveriam ser mais expressivos, tanto os proporcionados pelas próprias entidades quanto os buscados no meio social, uma vez que os indivíduos que integram esse ciclo inicial da vida humana (infância e adolescência) necessitam de experiências e informações que possibilitem ampliar a capacidade cognitiva e emocional, além de serem potencializadas as oportunidades de convívio mais estreito com demais membros da comunidade (ALMEIDA, 1997)

No sentido etimológico, a palavra atletismo tem a sua origem na raiz grega “athlon”, que significa combate. Arquivos históricos apontam a Grécia como precursora da prática, pela sua cultura e filosofia como o berço do Atletismo, sendo praticado desde 1929 a.C. (TEIXEIRA, 1973).

É importante observar que não somente os homens praticavam o Atletismo, mas também mulheres e crianças. Esse fato, ocorrido em épocas tão remotas, reforça a tese de que o esporte tem boa aceitação por parte das crianças e adolescentes onde sua prática ocorre naturalmente, devendo preocupar-se somente com a forma pela qual esta acontece (NASCIMENTO, 2005).

O mundo contemporâneo tem mostrado novas facetas no que diz respeito à informação e dentre elas podemos citar a internet. Através do seu surgimento no ano de 1969, nos Estados Unidos, vem facilitando a divulgação da informação

científica entre os profissionais da área da saúde, proporcionando pesquisas bibliográficas gratuitas ou de baixo custo, facilitando a aquisição de equipamentos de saúde e também de materiais didáticos (TURATTI, 2000).

O atletismo brasileiro pode ser caracterizado como a modalidade que detém grandes exemplos de pessoas que, por meio de um trabalho árduo, obtiveram seu êxito esportivo e social. O atletismo é um esporte composto predominantemente por pessoas advindas das camadas populares, e por apresentar fácil acesso, sua prática é plausível de comprovação de que tenha como uma das principais relevâncias sociais a possibilidade de ascensão neste nível, mudando por completo sua vida e de seus familiares. O atletismo brasileiro, dentre todas as modalidades esportivas, é que mais favorece as camadas sociais de baixa renda, podendo ser avaliado quando analisados o perfil socioeconômico dos atletas praticantes.

O atletismo, assim como outros esportes, também favorece o desenvolvimento da consciência social por promover novas oportunidades aos seus praticantes de se tornarem mais conscientes do seu papel enquanto cidadãos.

Tal processo deve ser feito por meio de ações educativas, pois “no esporte o homem tem a vivência de si próprio e do seu meio ambiente e age de uma forma e com uma intensidade, como não se pode observar em outra área” (THOMAS, 2002, p.15).

O esporte está fortemente presente na vida de crianças e adolescentes desde muito cedo, através das aulas curriculares e das atividades esportivas extracurriculares propostas aos alunos nos PPPs, e é justamente durante estas atividades que é possível o fomento das relações sociais que influenciam direta e indiretamente a formação do aluno.

Independentemente da atividade esportiva, o educador físico pode e deve

utilizar estes momentos como forma para trabalhar o desenvolvimento da autonomia do aluno, de uma consciência crítica acerca do seu meio circundante e mesmo reflexiva sobre os aspectos relacionados, de modo possibilitar, também uma formação mais abrangente em nível cultural e social. É uma forma de acrescer na vivência das crianças e adolescentes, não os deixando apenas com a brevidade dos movimentos técnicos de uma ou outra modalidade de esporte (ASSIS, 2001).

O documento corporativo complementa o raciocínio apresentado acima:

O processo de ensino e aprendizagem em Educação Física, portanto, não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destreza, mas sim de capacitar o indivíduo a refletir sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia, exercê-las de maneira social e culturalmente significativa e adequada (BRASIL, 1997,p.32).

Outros autores referendam a importância da área:

O professor, tendo consciência da ferramenta valiosa que possui em suas mãos, deve aprofundar o desenvolvimento de atividades afetivas e coletivas e individuais, fazendo com que seus alunos (não importando a raça, o credo, o gênero) reconheçam e respeitem sem discriminação, as características pessoais, físicas, sexuais do próximo. Em outros termos, uma prática educativa que negue as desigualdades que acabam inviabilizando o trabalho do professor com seus alunos. (FLORENTINO; SALDANHA, 2007, p.2).

O ensino, *a priori*, pode parecer apenas uma forma de elevar o conhecimento, uma ferramenta epistemológica. Entretanto, a educação liberta, mostra caminhos, permite que o sujeito passe a ter um vislumbre de uma nova realidade. No caso da educação física, também um lume de oportunidades de mudança social.

2.11 ESPORTE E EDUCAÇÃO

A democratização e garantia de acesso ao esporte e à educação contribuem para a reversão do quadro de injustiça e vulnerabilidade social que caracteriza a sociedade brasileira, uma vez que atuam como instrumentos de formação integral do indivíduo e, como consequência disso, possibilita o desenvolvimento da convivência social, a construção de valores, a melhoria da saúde e o aprimoramento da consciência crítica, como apontado pelo cientista:

Não há dúvidas de que o esporte é um fenômeno sócio-cultural de grande relevância em nossa sociedade; cada vez mais, diferentes grupos sociais praticam esportes, nos parques, nas ruas, como forma de lazer, distração e integração. Tal é a sua importância, enquanto fenômeno social e cultural que o esporte hoje é praticado no mundo todo (FLORENTINO; SALDANHA, p.12).

O esporte é um dos fatores que contribuem para a educação e formação de novos atletas; condiciona o indivíduo a uma melhor qualidade de vida principalmente e atua na formação das crianças e adolescentes que estão em idade escolar. O esporte ajuda a pessoa em idade escolar a se tornar um bom atleta, mais saudável, alegre e, especialmente, pode tirar de caminhos escusos, como o das drogas.

O esporte abarca a totalidade do ser, ultrapassando as melhorias aparentemente só motoras, associando-se aos desenvolvimentos cognitivos, valorativos e sociais, auxiliando na promoção do bem-estar psicológico e na autoestima das pessoas (NAHAS, 2001).

Bracht (1992) compartilha o entendimento de que a criança e o adolescente através do esporte aprendem que entre ela e o mundo existem outros; que para a convivência social é preciso obedecer a determinadas regras, ter determinado comportamento, aprender a conviver com vitórias e derrotas e desenvolver a independência e a confiança em si mesma, o sentido de responsabilidade etc.

Melo (2005) afirma que na contemporaneidade o esporte tem sido considerado o maior fenômeno social, pois mobiliza diferentes setores/grupos na sua prática, de forma direta ou indireta, bem como envolve diversificados setores da economia, que vão da prestação de serviços de entretenimento à indústria esportiva, sem esquecer os investimentos das ciências do esporte como polo aglutinador de descobertas que têm permitido aos atletas atingir níveis de performances cada vez mais surpreendentes.

(...) desse modo, o esporte, com o seu conceito compromissado com as suas perspectivas na educação, na participação das pessoas comuns e também no rendimento, em situação específicas inclusive quanto às finalidades, é visto como direito de todos, passou a merecer novas abordagens e estudos para que sua dimensão social seja realmente entendida (TUBINO, 2002, p.15)

Diante dessa explanação, vê-se uma preocupação que vai além da busca incessante pelo alto rendimento por meio do esporte, e esta se concentra também na educação. Esta que deve ser direito de todo o cidadão, assim como o esporte é um direito assegurado a todos, sendo decretado na Lei Pelé de nº 9615, artigo 2:

- I - da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;
- II - da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva;

- III - da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação;
- IV - da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor;
- V - do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;
- VI - da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;
- VII - da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;
- VIII - da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;
- IX - da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;
- X - da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal;
- XI - da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;
- XII - da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa.(Brasil, 1990, p.98)

É neste ponto que entendemos o papel decisivo do esporte, juntamente com a educação, na busca por princípios e valores sociais, morais e éticos.

É necessário, portanto, buscarmos uma nova orientação a qual os valores do esporte, do jogo e da brincadeira, não permaneçam apenas dentro das escolas ou dos clubes, mas que transitem para além. Dessa forma, cabe ao professor de Educação Física criar condições para que o esporte seja assumido como um valor de referência na inclusão e no bem-estar para crianças e jovens acolhidos em abrigos (FLORENTINO; SALDANHA, 2007. p.1).

No tocante à educação, o artigo 92 do ECA pauta as ações nesse campo, determinando que a educação de crianças e adolescentes em abrigos seja articulada via atividades internas e externas.

- I - preservação dos vínculos familiares e promoção da reintegração familiar;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa;

III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
V - não desmembramento de grupos de irmãos;
VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
VII - participação na vida da comunidade local;
VIII - preparação gradativa para o desligamento;
IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo (BRASIL, op. cit., p.105).

O esporte vem se provando, dentro dos princípios aplicados pela educação pelo esporte, ser uma via poderosa e privilegiada para desenvolver o potencial de crianças e jovens. Tem a capacidade de educar para promover o desenvolvimento de competências pessoais (autoestima, autoconhecimento, autocuidado), sociais (espírito de equipe, cooperação, solidariedade), cognitivas (resolução de problemas, didatismo e autodidatismo) e produtivas (criatividade e volatilidade). Ou seja: de promover o desenvolvimento humano.

Assim devemos ter em mente que, quando uma prática pedagógica estiver promovendo o desenvolvimento esportivo o qual contemple a generosidade e o respeito às regras e aos adversários, a noção de consciência sobre a prática esportiva e sua ideologia, aí o esporte irá se mostrar educativo. Por outro lado, uma prática excludente e seletiva, que impede crianças, adolescente e jovens de serem livres e de desenvolverem sua autonomia e criticidade, conduz os atributos educativos [...] (BRASIL, 2004, p.11).

O atletismo é um esporte que não está focado – até pelos objetivos que carrega em si – no desenvolvimento de habilidades específicas, como uma bela cesta no basquete ou um drible de mestre num jogo de futebol. É um esporte que precisa educar para a vida. Nesse modo de encarar e trabalhar o esporte com crianças e jovens, o foco é o desenvolvimento de potenciais de todos aqueles que participam do projeto. Não importa, de maneira alguma, a predisposição, o fenótipo, ou o talento para as atividades esportivas.

O fim não é o rendimento, a competição, ainda que esses reflexos sejam festejados e encaminhados da melhor maneira possível. Os direitos da criança e do jovem ao esporte, ao lazer estão previstos na Constituição, no ECA e numa série de documentos internacionais.

Na educação pelo esporte, este não é um fim em si mesmo (ganhar ou perder, medir competências, ver quem é o melhor), mas como uma via, um meio, uma estratégia e, mais ainda, como um método de educar, de desenvolver pessoas, desenvolvendo seus potenciais.

A aplicação da prática esportiva juntamente com educação são peças fundamentais para o desenvolvimento humano contribui para a viabilização de todas as dimensões da vida, tornando crianças e jovens capazes de compreender a sua realidade, de realizar os seus sonhos, de participar da sociedade como cidadãos e de contribuir com ideias e ações para a transformação de si e de suas comunidades.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Como metodologia para tentar responder às perguntas colocadas na primeira parte deste trabalho, recorreremos à pesquisa social, que, segundo Marconi e Lakatos (1999, p.20): “é um processo que utiliza metodologia científica, por meio do qual se pode obter novos conhecimentos no campo da realidade social”. Educação, organização social e conduta coletiva são alguns dos possíveis campos abrangidos pela pesquisa social, os quais também serão abarcados na pesquisa.

A investigação caracteriza-se com um enfoque qualitativo que, segundo Thomas; Nelson (2002), desde o início da década de 1980, internacionalmente, norteia importantes pesquisas em educação física. Segundo esses autores, as pesquisas são realizadas principalmente em ambientes do dia-a-dia, como escolas, ginásios, outras instalações esportivas etc.

A primeira parte de nossa pesquisa corresponde à pesquisa bibliográfica, quando compendiamos o arcabouço teórico sobre o tema pesquisado. Após, e a partir deste conhecimento abordado na revisão bibliográfica, delimitamos as categorias temáticas de nossa exposição, primando pela melhor abordagem que se adéqüe a nossos propósitos.

Isto deve ocorrer de forma mais precisa possível, uma vez que a teoria que pretendemos integrar à pesquisa precisa estar de acordo com seus propósitos. E por isso contamos com significativo número de tópicos em nossa explanação teórica.

A pesquisa de campo foi realizada para respaldar ou admoestar as proposições presentes na revisão bibliográfica. Isto é: pretendemos investigar *in loco* as evidências encontradas na literatura sobre nosso tema, procurando evidenciar as questões reais sobre o fenômeno estudado, que se trata da contribuição social da prática esportiva para crianças em condição de abrigo.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

A população desta pesquisa corresponde aos acolhidos das seguintes casas-lares: Morada do Betinho, Manaíra e de Acolhida Masculina. Ao todo, as crianças e os adolescentes somam 30 indivíduos. Por motivos de disponibilidade e otimização na coleta dos dados, foi recortada uma amostra para esta população.

A amostra é formada por 15 crianças e adolescentes de uma população de 30 acolhidos das casas Lares Morado do Betinho, Manaíra e de Acolhida Masculina. A faixa etária dos participantes varia entre 08 a 17 anos; todos são estudantes da rede regular e pública de ensino. Quando ao sexo, 11 meninos e quatro meninas.

Esta amostra foi delimitada no sentido de recortar com objetividade a população pretendida, de forma a possibilitar uma maior objetividade na coleta e posterior análise dos dados, evitando que muitos discursos comprometessem a qualidade e concisão do estudo.

3.3 LOCAL DA PESQUISA

A Casa Lar Morada do Betinho fica localizada na Rua Francisca Moura, 50, Centro; a Casa Lar Manaíra fica localizada na Rua Francisco Brandão, 937, Manaíra; e a Casa de Acolhida Masculina fica localizada na Rua Francisca Moura, 80; Centro; todas em João Pessoa-PB. Os abrigos institucionais da época da pesquisa até a presente data não tiveram mudanças significativas apenas a Casa Lar Morada do Betinho que hoje está localizada no bairro dos Bancários.

A aproximação com os abrigos institucionais e as crianças e adolescentes institucionalizados foi motivada pelo fato de o pesquisador trabalhar a quatro anos na época do início da pesquisa hoje já são cinco anos, com esse público e conhecer o ambiente de pesquisa, mesmo assim foram estabelecido um diálogo com os coordenadores, que ao tomar conhecimento das nossas intenções, interessou-se pelo projeto.

3.4 ASPECTOS ÉTICOS

A devida identificação dos participantes, os mesmos foram convidados a tomar parte da pesquisa, a onde foram informados da sua importância no estudo no contexto social e acadêmico e esportivo.

Foi solicitado aos coordenadores das instituições, por escrito, uma declaração³, expressando sua anuência para desenvolver o referido trabalho assim como assinatura de um Consentimento Livre e Esclarecido. Por sua vez, aos pais e/ou responsáveis, no caso os responsáveis que são os coordenadores das

³ Este e os demais documentos estão expostos nos apêndices, ao final deste compêndio.

instituições, instou-se que autorizassem, por escrito, a efetivação dessa pesquisa Consentimento Livre e Esclarecido.

Os coordenadores são os responsáveis pelas crianças e adolescentes enquanto os mesmos tiverem acolhidos pela instituição no artigo 92 em seu parágrafo único cita que o dirigente de entidade de abrigo e equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

Por isso tivemos uma maior praticidade de ter os consentimento assinados, pois as mesmas já tinham o conhecimento do trabalho e aceitação em liberar a participação das crianças adolescentes na pesquisa. Não tendo assim nenhum entrave maior para as entrevistas, utilização do espaço e participação dos jovens,

As crianças e adolescentes das instituições, permitiram, via Consentimento Livre e Esclarecido, a realização do presente estudo. Certificamos que o local proporcionasse excelente privacidade e assegurasse o anonimato.

Todos esses documentos atenderam aos preceitos éticos e legais, garantido o sigilo, o anonimato e o direito de desistir de sua participação no estudo a qualquer momento, conforme a Lei 196/96, que trata da pesquisa com seres humanos (VIEIRA; HASSNE, 2001). Para preservar as identidades dos acolhidos, eles são identificados por letras.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Com a intenção explícita de alcançar êxito nesta pesquisa, busquei por uma abordagem qualitativa, uma vez que o contato com o grupo pesquisado era em tempo integral, pois além de pesquisador era também o professor das unidades, sendo assim, o objeto de pesquisa conduziu-me a esta metodologia, a qual me proporcionaria um mergulho na realidade estudada, um aprofundamento fundamentado teoricamente. Este estudo deveria estar amparado por uma abordagem que não poderia ser outra.

Segundo Chizzotti (2003, p. 79):

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito [...] o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

O pesquisador é parte fundamental da pesquisa qualitativa. Ele deve estar livre de preconceitos, e predisposto a assumir atitudes abertas a todas as manifestações que observa, não se deixando levar pelas aparências e com o objetivo de ter uma compreensão global da situação. Havia no meu caso, um acordo estabelecido com as profissionais da unidade escolar, ou seja, em todos os nossos encontros e conversas tanto formais como informais, haveria o meu olhar de pesquisadora. As informações servir-me-iam de referenciais para a minha pesquisa e ao mesmo tempo para a construção do projeto político-pedagógico. Esse acordo fora firmado em 2004 entre todas nós, quando ingressei nesta escola como diretora e expus ao grupo sobre o trabalho de pesquisa que desenvolveria na unidade escolar.

Após a devida identificação dos participantes, os mesmos foram convidados a tomar parte da pesquisa, a onde foram informados da sua importância no estudo no contexto social e acadêmico.

Na pesquisa foi adotada a forma de estudo dividida por etapas para coleta de dados. A primeira foi caracterizada pelo início da coleta dos dados, voltada para um levantamento documental das políticas dos programas de abrigamento desenvolvidas no município de João Pessoa, verificando a participação e obrigatoriedade da educação física nos abrigos, e a outra etapa foi para a coleta envolvendo a pesquisa de campo.

A etapa de levantamento documental objetivou a busca de dados sobre a existência de políticas de abrigos no Brasil e João Pessoa. Dentro deste levantamento foram enfatizados os critérios: caracterização do programa; metodologia; objetivos; profissionais envolvidos; público alvo.

Segundo Lüdke; André (1986, p.36),

a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Na segunda etapa foi feito o uso de entrevistas diretas com os acolhidos, buscando seu conhecimento acerca do programa, suas visões e opiniões sobre que está sendo posto em prática na realidade, além da importância da educação física dentro do programa, e como o esporte vem ajudando no dia-a-dia dos acolhidos e no funcionamento dos abrigos.

As entrevistas foram realizadas de forma individual e informal, pesquisador-entrevistado, com roteiro semiestruturado (Apêndice E) e, buscando ouvir o que os sujeitos têm a dizer, explorando suas ideias e preocupações sobre o tema estudado. A escolha da entrevista deriva do fato de que através da sua utilização, como afirmam Lüdke e André (1986, p. 33): “a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”.

O grupo foi reunido no turno da tarde, em duas sessões de uma hora e meia cada, às 14h e às 15h30min. Os integrantes foram acompanhados pelo pesquisador, como moderador; ficaram dispostos em forma de círculo, sem haver distinção de posição. Os instrumentos de coleta utilizados foram gravadores, máquina fotográfica e fichas.

Iniciamos os trabalhos por meio de roteiro prévio conhecido pelos participantes, com tópicos delimitados a serem discutidos. Os sujeitos foram divididos de acordo com sua faixa etária, visando a facilitar o processo.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram interpretados sob a ótica de uma abordagem qualitativa, entendendo que a maneira como os sujeitos interpretaram o fenômeno observado parece ser mais relevante para os objetivos que nortearam este estudo.

Após cada sessão, foram elaboradas anotações baseada no áudio e nas observações. Imediatamente após os encontros com as crianças e adolescentes, realizamos a transcrição dos áudios e vídeos gravados, de modo que não se perdesse, pela ausência de presteza, dados importantes. Depois da leitura atenta do

material, objetivando identificar as informações mais importantes, foram redigidas as conclusões provenientes da técnica aplicada.

Como sugere Meihy (2005), reproduzimos os textos obedecendo alguns padrões simbólicos, a saber: reticências (...) para momentos de silêncio; ponto de interrogação (?) para dúvidas; de exclamação (!) para alegrias e interjeições; e colchetes ocupados com reticências ([...]) para exclusão de trechos das falas.

A análise temática, proposta por Minayo (2004), compreendeu três momentos: pré-análise; exploração do material; e tratamento dos resultados.

Mesmo não existindo regras específicas para a análise de informações qualitativas, alguns passos foram seguidos. O primeiro foi a leitura das entrevistas, buscando selecionar um grupo de unidades de significados representativos para construção do conjunto de categorias descritivas, considerando o tipo de respostas às questões formuladas.

Na análise dos dados obtidos com as entrevistas, esses foram tabulados e analisados conforme propõe Bardin no seu método de análise de conteúdo. Para Chizzotti (2005, p.98), o objetivo da análise de conteúdo é “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente as significações explícitas ou ocultas”.

Os dados, no processo final de sistematização, foram então categorizados. Conforme explicita Bardin (1977, p.103),

Categorizar é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidade, as quais permitem uma descrição escrita das características pertinentes ao conteúdo.

De acordo com o processo de categorização característico (mas não obrigatório) deste tipo de análise, foi possível reunir as unidades de registro e sistematizar a gama de informações obtidas nas entrevistas. As unidades de registro, neste caso, foram apontadas como temas, submetidas ao processo de codificação, baseado na frequência das mesmas.

Os dados foram tabulados também no *software Microsoft Office Excel*, versão 2007, aplicando-se os procedimentos da estatística descritiva, de modo a caracterizar através de porcentagem, média, frequência e desvio padrão as informações.

E por fim, ao concluir essa fase do estudo, sem a pretensão de se ter esgotado as discussões e posições teóricas sobre o assunto, ressalta-se a posição de SEIFFERT (apud DEMO, 1995) quando este entende que:

"não faz sentido buscar a cientificidade por ela mesma, porque método é apenas instrumento. Faz sentido, isto sim, fazer ciência para conseguirmos condições objetivas e subjetivas mais favoráveis de uma história sempre mais humana. É um absurdo sarcástico jogar fora da ciência o que não cabe ao método. Se a ciência se der a isto, não passará de algo mesquinho" (p.260).

Daremos início à parte a onde discutirá com mais detalhes de como foram analisados e categorizados e quais categorias foram distribuídas para serem analisadas e discutidas em cima das entrevistas e todo parte documental e exploração feita durante toda a da pesquisa

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a preparação do material, emergiram três temas, a saber: os motivos que estimulam crianças e adolescentes a se aproximarem das atividades esportivas realizadas nos abrigos; o esporte e as crianças/adolescentes no abrigo; e as práticas esportivas no abrigo.

Estes temas ou categorias foram delineadas a partir de um exaustivo exame das gravações e suas consequentes transcrições, de forma a delimitá-las de acordo com o número de aparições nas falas dos participantes. Assim, estas categorias podem ser indicadas como temas centrais dos discursos apresentados, como amostra, de crianças e adolescentes acolhidos em abrigo.

4.1 PERFIL SOCIAL DOS PARTICIPANTES

Estas crianças e adolescentes são provenientes, na sua grande maioria, de bairros pobres, vizinhos ou não dos abrigos, sendo parte oriunda de outras regiões da cidade, pois os abrigos atendem a todos os que são encaminhados pelo Conselho Tutelar, Ministério Público ou Juizado da Infância e Juventude.

Os abrigos que subsidiaram o estudo oferecem diversas atividades: oficinas de arte, capoeira, *hip hop*, circo, de esporte e de reforço. As oficinas de capoeira, *hip hop*, circo e arte não são oferecidas nos abrigos. Constatou-se que essas atividades não são oferecidas no abrigo, mas sim no Centro de Formação Cidadã Margarida Pereira da Silva (Cfcmps). A única oficina que era promovida dentro dos abrigos, de fato, em um abrigo era de esporte. Esta depois veio a passar

para o Cfcmps, como forma de atender a todas as crianças e adolescentes. O Cfcmps é o local onde as crianças e adolescentes dos abrigos fazem a maioria das oficinas, atualmente.

O esporte é praticado em locais externos, mais adequados, como as pistas de atletismo da Vila Olímpica Ronaldo Marinho, na Ufpb, no Unipê, na Praça da Paz (localizada no bairro dos Bancários), na orla marítima e também nos espaços do Cfcmps. Os referidos jovens foram matriculados nas escolinhas da Vila Olímpica Ronaldo Marinho, sendo os únicos nessa condição. Uma vez nessas unidades, as crianças tiveram um pouco de dificuldade no início, pois os diretores do local, ao saber que eram crianças e adolescentes de abrigos, tentaram dificultar ao máximo a permanência dos mesmos.

No ano de 2009, foi constatado que o professor de Educação Física dos abrigos começou a levar as suas aulas para a pista de atletismo da Ufpb, onde foi possível ter maior tranquilidade para o trabalho com as crianças e adolescentes. Mas, devido à construção na nova pista, as atividades foram transferidas para as instalações do Unipê e Praça da Paz. Ainda há alguma perseguição por parte dos funcionários desta universidade, entretanto.

Nota-se que os abrigos não possuem instalações adequadas para esporte, e que precisam de espaços físicos adequados. Todavia, mesmo assim não foi uma barreira para impedir a prática de esportes para as crianças e adolescentes. O professor de educação física tomou iniciativas que fizeram com que as atividades fossem externas.

O único local onde pode haver o trabalho interno é no Cfcmps, onde possui uma sala de aula de dança, que vem sendo trabalhada pelo professor de Educação Física, como o alongamento e a musculação. Tal escolha se deve ao fato

de que o Cfcms possui alguns espaços adequados e material necessários para se ministrarem as aulas.

Os abrigos, no tocante às possibilidades de execução de atividade física dentro de suas instalações, segundo avaliação do pesquisador, pareceu inviável, como foi citado anteriormente, devido a seus espaços insuficientes, na ordem de perímetro. Por isso, as atividades externas são essenciais nesse momento. É de fundamental importância para as práticas esportivas e para as necessidades que as crianças e adolescentes tenham a possibilidade de sair das instituições fechadas, tristes, violentas e rigorosas, como muitas são.

Mesmo que os abrigos oferecessem espaço adequado para a prática de esporte, em seu PPP não fica disposta a necessidade de um educador físico para cada instituição, pois existe apenas um professor de educação física para hoje atender a quatro abrigos, o que decorre em sobrecarga para o profissional, via de regra. Em alguns momentos esse número aumenta para cinco unidades, contando com a Casa de Passagem, que frequenta também o Cfcms.

Para Tubino (2002), o esporte pode ser visto na sociedade atual como forma de democratização, um meio que visa a diminuir as desigualdades e preconceitos tão pungentes para os menos favorecidos. Mas, para isso, o esporte precisa passar pelo seu caráter participativo, deixando em segundo plano seu viés competitivo, tornando as práticas esportivas parte do processo de formação cultural dos indivíduos, bem como fator de educação e lazer. Colaborando com esta argumentação, Rocha (2004) enfatiza o aspecto educativo do esporte, que passa pela liberdade e participação, proporcionando a socialização de seus praticantes. Assim, pode-se considerar esse fenômeno um elemento inclusivo importante na educação das crianças.

O autor ainda coloca que o esporte, sobre seus variados aspectos, constitui-se como uma ferramenta importantíssima na busca pela inserção social dos indivíduos excluídos, e que a partir do momento em que o poder público o propicia de qualquer forma, passa adquirir um *status* comum a outros equipamentos urbanos (saúde, educação e saneamento), os quais são priorizados ao se tratar de qualidade de vida do ser humano.

Pedrinelli (1994) afirma que um dos principais objetivos dos programas de atividades físicas é oferecer a oportunidade para todas as pessoas participarem e tomarem consciência sobre as infinitas possibilidades do ser humano, considerando-se as necessidades e os limites individuais.

Outro dado relevante concerne ao fato de que as crianças e adolescentes objetos de estudo na sua maioria possuem famílias, mostrando assim o paradoxo de se ter uma família, casa, até, mas não um lar, ficando-se relegado às ruas, com sorte a abrigos. Não é uma livre escolha ir para a rua: a maioria deles não aguentam os problemas de suas famílias de origem e vão às ruas, retornam, novos episódios traumáticos, e retorno à marginalização fora de casa.

Entretanto, a família, para muitas delas, ainda é o referencial mais importante, o lugar onde recebe formação e são amados, ainda que esses processos se deem relativa e insatisfatoriamente. Por isso é pregado pelos órgãos responsável por políticas de abrigamento que a criança/adolescente não perca o vínculo familiar, mesmo estando longe dos seus. O papel do abrigo nesse sentido é trabalhar para que a convivência seja o mais parecido possível com suas casas.

4.2 MOTIVOS QUE ESTIMULAM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES A SE APROXIMAR DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS

Surgiram três razões muito determinantes para essa questão, abaixo analisadas enquanto discurso.

4.2.1 O esporte como promoção da saúde

A segunda parte do trabalho traz uma explicação sobre os benefícios do esporte para a saúde; a elas acrescentamos outras influências no estilo de vida, como a diminuição da vontade de fumar, possível redução relativa do apetite, combate ao estresse, melhora da autoestima, da comunicação etc.

Se para alguns esporte é apenas competição, outros tantos sabem que ele vai muito além das disputas dentro dos estádios e ginásios. Cada vez mais cresce a importância do esporte como ferramenta de inclusão social. Mostra disso é que 2005 foi escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano do Esporte para a Paz e o Desenvolvimento.

Sua importância nas vidas das pessoas ditas comuns é evidente, seja ela rica ou pobre, e também para crianças e adolescentes. O esporte tem crescido às vistas a nível mundial. Mostra disso é que a cada dia vem crescendo a procura da prática de esporte, e vários são os motivos apontados por quem busca ter uma melhor qualidade de vida, seja por se achar mais bonito(a), seja por ter uma saúde mais robusta etc.

Embora a prática de esportes esteja mais comumente associada aos benefícios físicos, as vantagens vão além. Para muitas crianças e jovens significa inclusão social e uma ferramenta para a construção de uma maior consciência de si

mesmo, de seus potenciais e limites, e uma forma de crescer numa vida tão privada de recursos educacionais, por exemplo.

Ficam bem claros os benefícios da prática de esporte, em especial o atletismo. O incentivo para um estilo de vida saudável em prol do ser saudável deve vir através de instrumentos sociais, ou seja, através de práticas sociais, o que é relatado com as próprias palavras dos adolescentes ao explicarem porque gostam das atividades promovidas pelos abrigos.

Gosto, por que é bom pa... melhorar a saúde, melhora o animo da pessoa é legal eu gosto é bom participar (A1, 16 anos)

Eu gosto de esporte! Adoro! Acho que ele pode me ensinar a me movimentar mais, a emagrecer, a não ficar sem fazer nada, a ter uma ocupação (A11, 15 anos)

Gosto, tá... porque é bom! Faz parte da saúde (A2, 16 anos)

Melhora minha condição física, minha autoestima [...] (A1, 16 anos)

Essas falas evidenciam o quanto o esporte tem sido importante para as crianças e adolescentes. Fato que nos mostra que as condições favorecem a possibilidade do aumento do autoconceito e da auto-estima pelas realizações e conquistas na prática do esporte, desperta-se o prazer por essa prática em razão dos sucessos obtidos com ela.

Tô sem palavra... acho legal coisa boa que aconteceu na minha vida tive essa oportunidade ate hoje gosto...gosto mesmo (A4, 17 anos)

Por que é bom participar dos esportes altos negócios viajar altas coisas, leve ele pra frente (A9, 14 anos).

Esses fatores acarretam na motivação da prática permanente de atividades esportivas, pois, conforme Lopes; Nunomura (2007, p.25), “o nível de motivação é diretamente proporcional ao prazer obtido no esporte”. Portanto, sucesso conquistado e a diversão na realização das atividades físicas são elementos estimuladores do prazer das crianças e adolescentes e da motivação para a prática esportiva.

Porque eu acho que é melhor pra mim pra minha saúde (A3, 16 anos)

Mudei meu físico agora to mais veloz (A7, 15 anos)

Por que é bom como eu já falei pra mente e por corpo e ajuda a trabalhar mais o organismo o cara sempre ta bem é bom praticar esporte (A8, 15 anos)

Podemos observar como o esporte dá uma noção para criança e o adolescente dos benefícios que traz para a saúde dos mesmos. Antes não tinham essa percepção de bem-estar, por não praticar esporte nem em suas casas nem nas ruas. A partir do momento que passam a vivenciar movimentos e que esses movimentos transformam seu corpo, associam o esporte a essa modificação funcional, no aspecto saúde e no aspecto condicionamento físico.

Segundo Souza Júnior (2005), quando se fala sobre condicionamento físico relacionado à saúde, diz-se respeito à capacidade que o coração, vasos sanguíneos, pulmões e músculos têm de resistir às tarefas diárias e, ocasionalmente, a desafios físicos inesperados com mínimo de cansaço e desconforto.

O risco de se contrair uma doença aumenta cerca de 1,5 vez nas pessoas que não praticam atividade física mínima regular. Pelo menos 60% da população global não obedecem às recomendações mínimas de 30 minutos diários de atividade física moderada (OMS, 2003).

Nos abrigos, as atividades são realizadas três vezes por semana, com duração de uma hora a uma hora e meia, e quando há competição aumentam para 4 vezes semanais, até mesmo no final de semana.

Colaborando com essas respostas, segundo Papalia e Olds (2000), os motivos de os adolescentes se aproximarem dos esportes ainda parecem estar associados à melhoria da saúde e à performance física, características da fase de busca de uma identidade e de uma afirmação nos grupos.

Podemos afirmar baseado nas falas das crianças e adolescentes, que o esporte está conseguindo atingir uma de suas finalidades, qual seja a de manter as crianças e adolescentes bem mais saudáveis e mudando seus estilos de vida.

4.2.2 O esporte como oportunidade e esperança de um futuro melhor

Os aspectos sociais da criança ou do adolescente devem fundamentar uma intervenção intencional para a superação das dificuldades e para o desenvolvimento das possibilidades de crescimento pessoal e social. Portanto, as atividades e trâmites técnico-burocráticos não podem prevalecer sobre o trabalho humano com cada criança ou adolescente.

A vida na rua é dolorosa, e logo no presente esse futuro também se apresenta para esses adolescentes, dor que surge das incertezas e da instabilidade, sendo-lhes muito difícil pensar no que serão quando adultos. E é a partir daí que o

esporte pode atuar na vida de um indivíduo na situação de rua, por exemplo: mostrar uma nova possibilidade.

Nas entrevistas, as crianças e os adolescentes manifestaram preocupação com o futuro. Talvez a presente realidade leve a dúvidas acerca do cumprimento desses desejos, mas eles ainda sonham. Ficou bem claro o quanto se tornou importante para suas vidas a prática de esportes, servindo para os mesmos como mecanismo de inclusão. Eles veem o esporte como meio para mudanças em suas vidas, desde aspectos fisiológicos como aspectos sociais e econômicos.

Porque vai melhorar meu futuro (A5, 15 anos)

[...] tá! ah pru seu futuro... fazer meu futuro (A6, 16 anos)

[...] tentar melhorar minha vida melhor (A1, 16 anos)

Espero subir na vida né... e crescer como alguns desses atletas ai (A3, 16 anos)

A alcançar muito objetivo quem sabe ai uma olimpíada ser campeão mundial não é impossível né.

Leva a pessoa pra frente viajar e outras coisas

Espero vencer... é tanto faz pra mim vencer ou perder o importante é que pessoa ta participando (A11, 15 anos)

Outro marco que foi descrito é que pela primeira vez crianças e adolescentes participaram dos Jogos Escolares na Primavera. Isso aconteceu no ano 2006. O abrigo que participou desses jogos foi a antiga Granja Morada do Betinho, tendo como representante dos acolhidos. Um dos acolhidos ficou incumbido de desfilar na abertura dos jogos outro marco de inclusão social, onde nenhuma abrigo, que fosse do município, estado ou ONG's, tivesse participado de uma classe desse tipo de jogos ou de sua abertura.

Nesses jogos os acolhidos participaram da modalidade atletismo, uma modalidade individual; mais uma vez o atletismo como esporte condutor: já ocorrera a maratoninha, agora nos Jogos Escolares da Primavera, onde participam todas as escolas da rede municipal de ensino de João Pessoa.

A sociedade também encontra dificuldades em projetar um futuro para todos os adolescentes; sabe-se não há espaço digno para grande maioria dos adolescentes dos grupos populares, os quais não têm um futuro assegurado socialmente, pois a perspectiva social de que eles estarão excluídos já está instituída. Mas o esporte tem sido um mecanismo inclusão social para suas vidas, conforme já relatado pelos mesmos, desde um grande atleta almejando, ser campeão no esporte e na vida.

A mídia veicula constantemente matérias que contam histórias de vida de pessoas que saíram de camadas populares de extrema dificuldade e se tornaram grandes atletas e cidadãos. Atletas que tiveram os mesmos problemas sociais pelos quais eles passam.

Ao assistirem essas reportagens, eles têm como espelho essas pessoas, que um dia foram crianças e adolescentes de rua ou acolhidos em abrigos, ou de periferia em extrema necessidade, ou ainda, que passaram por medidas socioeducativas.

Podemos observar que em seus discursos, especialmente os adolescentes têm essa visão do esporte com um meio de saída para vários problemas em suas vidas, como as drogas.

[...] tiram muitas pessoas de vício, de drogas, de bebida e cigarro e isso ajuda bastante. (A3, 16 anos)

[...] ajudou a mim afastar das drogas, do tabaco que é o cigarro e muito outras coisa também. (A4, 17 anos)

[...] tá porque antes qui... no tava no abrigo usava drogas, depois que eu fui pro abrigo no uso mais não. (A6, 16 anos)

Que é uma única saída para essas pessoas que convivem hoje com drogas, roubo. É única janela para essas pessoas se recuperar e voltar a ser cidadão (A4, 17 anos)

Mim influencia muito pra eu não ta pensando... pensamento de coisas ruins (A3, 16 anos)

Podemos notar como o esporte vem fazendo parte contundente na ajuda à prevenção, diminuição e recuperação de dependentes químicos que os abrigos possuem. A educação física como prática corporal efetiva dentro dos abrigos e recuperando-os e inserindo-os novamente a sociedade. É dever do Estado, no caso a Prefeitura Municipal de João Pessoa continuar e apoiando com mais intensidade na elaboração de Políticas Públicas, tendo como parceiro a Educação Física fundamental para as transformações. Pois muito se tem feito para que as pessoas se previnam contra o uso de drogas. Mas também muito tem ocorrido, legal ou ilegalmente, para que elas sejam usadas. O resultado final é que as pessoas estão consumindo cada vez mais drogas.

Quando os entrevistados falam dessa mudança de vida, seus olhos “brilham”, pois antes não havia oportunidades em seus bairros, muitas vezes desprovidos de políticas sociais e de esporte. Também devido a problemas familiares, onde o pai ou a mãe não tem o interesse de colocá-los em atividades esportivas.

Mas se pode dizer que se trata apenas de uma falta de interesse, ou preguiça, como se diz no senso comum. Na realidade dessas famílias está presente toda uma questão socioeconômica envolvida. A vulnerabilidade social dos pais

atinge diretamente as vidas dos jovens, que cresce sem expectativa, sem saber o que poderiam ter na vida se de fato estudassem. Estudar, no entendimento de muitos, é coisa para ricos, ou seja, é um problema de ignorância causada pela falta de informação decorrente da pobreza. Situação esta que passa de pais para filhos.

Desde muito tempo que a sociedade brasileira passa por momentos de crises de ordem social que atingem crianças e adolescentes, como é o caso das drogas. Eles sofrem com o descaso de setores fundamentais para que possam ter oportunidades de vida digna, onde sejam preservados todos os seus direitos, como educação, esporte, lazer e saúde.

Para Arpini (2003, p.15), é preciso observar que essa crise ocorre num país com enormes diferenças, divergências e abismos socioeconômicos e culturais, os quais têm, na vida dos sujeitos, implicações diretamente ligadas ao processo de representação construída por cada grupo cultural. Acreditamos ser necessário, portanto, apontar tais implicações no sentido de se alcançar a almejada compreensão desse fenômeno.

Podemos observar *in loco*, pelo tempo de trabalho com crianças e adolescentes abrigados, que a realidade de sociedade para os mesmos não oferece o mínimo de serviços necessários para que elas encontrem possibilidades mais satisfatórias que a marginalidade.

Na maioria das vezes o professor confunde diferença com desigualdade. E o não discernimento entre estes dois conceitos podem trazer conseqüências sérias as nossas crianças e jovens - dizemos isto porque a desigualdade é algo construído socialmente o que, de certo modo, acaba produzindo sentimentos de inferioridade. Dessa forma, o educador, escola, clube e abrigos devem estar preparados para considerar as características próprias de seus alunos e que tais características não podem servir de condição para possível hierarquização dos indivíduos).

Como fica claro na explicação acima, é de obrigação do professor/educador um olhar mais profundo, abandonando os preconceitos e visões superficiais sobre a infância e adolescência. Ainda que pobres, ainda que limitados pelas condições sociais, sabemos que estes jovens são portadores de personalidades diferentes, com potencialidades diversas, todas elas podendo ser aproveitadas em seu desenvolvimento.

Os motivos que levam crianças e adolescentes a praticarem uma determinada atividade física e desportiva são muitos e a sociabilidade pode estar associada a esta escolha. A necessidade de pertencer a um grupo é muito forte na adolescência e isto pode ser um dos fatores primordiais para os jovens se envolverem com o esporte. Segundo Weinberg e Gould (2001), as crianças apreciam o esporte devido às oportunidades que o mesmo proporciona de estar com os amigos e fazer novas amizades. Para Tubino (2005), não há menor dúvida de que as atividades físicas e principalmente esportivas constituem-se num dos melhores meios de convivência humana (FLORENTINO; SALDANHA 2007, p. 52)

Um dos adolescentes responde exatamente sobre essa questão da amizade, de estar incluído no grupo por incentivo dos amigos, e a busca em praticar um esporte antes desconhecido.

Sei lá, vendo meus amigos correndo assim comecei a querer correr (A7, 16 anos)

Agora consigo me relacionar bem com os colegas de equipe, arranjei mais amigos e tenho mais motivação nas aulas de Educação Física (A8, 15 anos)

Vê ou outros correndo e querendo participar fui e ganhei sei quantas vez já (A9, 14 anos)

[...]Jeu gosto muito de esporte, principalmente porque ele nos ajuda a fazer amigos. Quando fico sem praticar esportes fico meio deprimido. (A6, 15 anos)

A narrativa dos adolescentes permite entender a capacidade que o esporte tem de fazer parte de um grupo, unindo seus integrantes, algo que difere tanto da realidade de crianças e adolescentes nas ruas, os quais veem a necessidade de fazer parte de um grupo para se defender dos perigos e que muitas vezes esses amigos não trarão nada de bom, algo que é possível no esporte, mas sim a criminalidade e uso de drogas. Ao ver seus amigos participarem e perceber a mudança em suas vidas, as crianças e aos adolescentes também se sentem confiantes em procurar o esporte para fazer parte do grupo com o qual se identifica (equipe de atletismo).

É possível apreender os sentidos colocados pelos adolescentes ao atletismo como forma de construção de sua subjetividade, no que se refere a estar perto dos amigos do abrigo, e estar fazendo parte de algo, de um grupo de pertença

É preciso que professores e/ou treinadores deem atenção especial a esta dimensão, pois é possível perceber que o fato de estar com amigos, de fazer novas amizades, de participar de novos grupos sociais, podem ser um dos motivos que levam os jovens à prática regular de atividade física e, também, pela busca de novos valores, tais como o exercício da disciplina, agir seguindo regras, ter respeito e ética, ser responsável etc. (FLORENTINO; SALDANHA, 2007).

Não há dúvidas de que o esporte é um fenômeno sócio-cultural de grande relevância em nossa sociedade; cada vez mais, diferentes grupos sociais praticam esporte, nos parques, nas ruas, como forma de lazer, distração e integração. Tal é a sua importância, enquanto fenômeno social e cultural que o esporte hoje é praticado no mundo todo (FLORENTINO, 2006b, p. 2).

Os dados fornecidos apontam para o reconhecimento da importância do esporte na vida de crianças e adolescentes institucionalizados, medida que incide

diretamente no processo de socialização e cidadania de cada um deles, possibilitando impactos positivos no referido processo. O fazer pedagógico da prática de esporte dentro dos abrigos vem alcançando a expectativa de inclusão social para crianças e adolescentes excluídos.

Sasaki (2006, p. 40) observa que a prática da inclusão social fundamenta-se, também, em “princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através do esporte”. Esses princípios poderão gerar o envolvimento, a contribuição e a participação efetiva de todas as pessoas na família, na escola, na comunidade, enfim, na sociedade. De acordo com essa idéia, Soler (2005, p. 92) destaca que um dos componentes essenciais para que atividades esportivas, como o esporte, tenham sucesso é o envolvimento, ou seja, “o sentimento de pertencer, de fazer parte de um toda a sensação de contribuição e satisfação por poder estar jogando”. É esse sentimento de pertencimento que é o que mais concretiza a inclusão social na vida das pessoas, pois pude comprovar isso durante as atividades desenvolvidas nos abrigos desenvolvendo a prática do atletismo, lócus da presente pesquisa.

4.2.3 Educação física como facilitador de novos aprendizados

Um bom passaporte para o mundo enquanto padrão razoável de vida a nível social é a garantia de uma escolaridade com aprendizagem significativa. Crianças e adolescentes que tiveram uma vida difícil podem apresentar muitas dificuldades de adaptação e de aproveitamento no seu dia-a-dia, e precisam de apoio para superá-las. O esporte vem como um apoio de fortalecer um maior

conhecimento e abrir portas que estão fechadas na realidade social enfrentada por crianças e adolescentes.

Elas precisam de educadores que as tornem confiantes, precisam de experiências de aprendizagem além da escola, de oportunidade para desenvolver talentos esportivos que forjam competências facilitadoras de novas aprendizagens.

Devemos falar em educação física também como disciplina que representa para crianças e adolescentes um meio de comprometimento político, uma compreensão educacional que busca construir uma sociedade mais justa para a maioria da população, a qual se encontra sem oportunidades de conhecer novas formas de trabalhar o corpo, não só correr por correr, pular por pular, arremessar por arremessar, mas tudo tendo um sentido em suas vidas, um novo aprendizado.

O sinal mais indicativo da responsabilidade profissional do professor é seu permanente empenho na instrução e educação dos seus alunos, dirigindo o ensino e as atividades de estudo de modo que estes dominem os conhecimentos básicos e as habilidades [...] tendo em vista equipá-los para enfrentar os desafios da vida prática no trabalho e nas lutas sociais pela democratização da sociedade.

É interessante relatar a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), onde a Educação Física é um dos componentes integrantes da proposta pedagógica da escola ou em qualquer ambiente educacional, sendo ela ajustada às faixas etárias e às condições da população onde é aplicada.

Assim como as demais disciplinas, a Educação Física tem, em sua história, marcas de seu processo de constituição enquanto disciplina no currículo escolar. Em meio a conflitos, disputa de espaços e interesses sociais, políticos e econômicos essa disciplina assumiu ao longo de sua história diferentes papéis, que possivelmente deram sustentação a reformas políticas, sociais, econômicas e educacionais (GUIMARÃES, 2008, p.180).

Um dos sujeitos corrobora as afirmações acima:

*Foi a forma também da disciplina que eu gosto muito assim as norma
você conhecer [...] (A1, 16 anos)*

[...] as regras nos ajudam a raciocinar melhor (A6, 15 anos)

*O esporte também nos ensina a respeitar regras e ter mais disciplina. (A8,
15 anos)*

*[...] ajuda, também, a aprender a respeitar os outros, as regras, conhecer
pessoas novas e a me relacionar bem com todos. (A7, 15anos)*

Na fala do jovem A8, destaco o fato de ele ter consciência de que, diante de algo que gosta (o esporte), faz com que o mesmo com todo um transtorno psicológico que às vezes torna-os dispersos, poderá, sim, concentrar-se e aprender. Já o jovem

A7 relacionou a prática esportiva diretamente as o respeito e as regras, afirmando que se encontra mais tranquilo em sua vida dentro dos abrigos e fora dele após o início de sua participação na prática do atletismo.

É relevante observar como os jovens entrevistados se posicionam de forma positiva em relação às regras e à disciplina. Diante de seus relatos, observo que, para eles, a disciplina não é sinônimo de repressão, mas uma forma de organizar suas ações e sua vida.

Levando em consideração que a disciplina implica autocontrole, observo o quanto é desafiador para os jovens que apresentam condutas típicas se dispõem a ela, pois ser disciplinado implica estar inclinado a seguir regras e comportamentos em busca de um objetivo maior. Em relação a isso, Novais (2004) ressalta que a disciplina pode funcionar, dependendo da concepção do professor, como um dispositivo a ser utilizado com o intuito de assegurar os limites das

vontades individuais e o controle dos impulsos de seus alunos, garantindo, dessa forma, a ordem, a continuidade e o respeito pela vida social.

Porque vai gente desenvolver mai, trabalhar conhecer mai o atletismo muita gente que noi pensa que o atletismo é só jogar bola é só fazer um coisa, mai tem varias coisa que a pessoa pode fazer e a pessoa vai gostar (A1, 16 anos)

Eu gosto bastante de esporte... sempre assisti tudo que passava na televisão sobre esporte e, nessas horas, nunca me distraí. Eu gosto de correr por causa do movimento. A gente aprende a ter mais disciplina, precisa respeitar e memorizar as regras. (A2, 16 anos)

A educação física colabora com a construção da cidadania, onde procura dignificar o homem, e sua presença em abrigos é um mecanismo de inclusão social. Sousa Junior (2005) relata que a mesma é entendida como um instrumento de formação ampla e de luta pelos direitos da cidadania e emancipação política social, colaborando na preparação de pessoas e da sociedade para a responsabilidade de construir coletivamente um projeto de inclusão, justiça e qualidade social para o país.

Souza Junior (2005) relata que a prática de esportes torna sujeitos aptos ao questionamento, à tomada de decisões, às ações coletivas, considerando o aluno como sujeito ativo, crítico, construtor de sua própria historia cultura e vida sociais e organizadas para desencadear a descoberta, a problematização, a escolha e integração do conhecimento.

A prática esportiva acaba por ampliar os horizontes sociais dos indivíduos, inserindo-os noutras redes de sociabilidade que irão integrá-los noutros contextos da sociedade em que vivem (STIGGER, 2002, p.223).

É incontestável que tem crescido a importância social e política do esporte. Para Elias; Dunning (1992, p.266), esse fato pode ser aferido levando-se em consideração três pontos:

- a) por ser uma das principais fontes de emoção agradável;
- b) por ser um dos principais meios de identificação coletiva e;
- c) constitui um dos pontos que dão sentido às vidas de muitas pessoas.

Numa sociedade que se edifica por controle social cada vez mais amplo e num autocontrole cada vez mais internalizado, o “descontrole-controlado” vivenciado no envolvimento com esporte pode ser trabalhado pedagogicamente numa reconstrução do conhecimento que possibilite às crianças e jovens participarem das ações esportivas de uma forma mais propositiva (SOUZA JUNIOR, 2005, p.151).

Por esse motivo, a participação nas aulas de Educação Física contribui para formação de atitudes como respeito mútuo, solidariedade, cooperação, obediência às regras, responsabilidade, sendo que jogando a criança aprende o valor do grupo e seu próprio valor. Desta forma, colocamo-nos a pensar sobre a ação pedagógica centrada somente na cognição, a escola ao longo de sua história deixou de lado o corpo, a sala de aula era o único espaço de raciocínio e inteligência, ao corpo restou à quadra, o pátio e o recreio. Como vemos a Educação Física, tendo o professor em suas mãos um leque de opções, será usado como uma importante força educativa e não somente o jogo pelo jogo, pois o jogo proporcionará a criança reproduzir suas vivências, transformando o real de acordo com seus desejos e interesses, assim expressando e construindo sua realidade.

4.3 O ESPORTE E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ABRIGOS

Queremos analisar e descrever como a prática do esporte, em especial a modalidade atletismo, contribui no processo de inclusão social das crianças e adolescentes dos abrigos em questão.

Nem todas as instituições referidas possuem em seus PPPs a disciplina educação física, e as que possuem não são ministradas por um profissional qualificado, mas por educador social ou vigia, que não são os profissionais indicados para se trabalhar com a parte de atividades esportivas em caráter prático e teórico.

No ano de 2005, a Granja Morada do Betinho, atual Casa Lar Morada do Betinho, contratou para fazer parte da equipe profissional daquela unidade um professor de educação física. As crianças passaram a obter conhecimento sobre seu corpo, possibilidades deste, novos esportes e obediência a regras. Também puderam participar de eventos interestaduais, até alargando seus horizontes e interagindo com outras culturas.

Um dos assistidos pela Casa Lar Morada do Betinho, ganhador de torneio, quando perguntado em entrevistas o que o atletismo tinham lhe oferecido com os treinamentos, enfatizou:

Medalhas!

Então ganhar medalhas e representar a Paraíba. (A7, 15 anos)

Eu adoro jogar bola, correr e brincar; foi na aula que meu professor disse que eu poderia ganhar a corrida (A9, 14 anos).

O adolescente de 14 anos em sua primeira corrida sagrou-se campeão em 2006 no dia 25 de Junho. Competiu com mais de 200 crianças de escolas públicas e privadas. O campeão levou uma bicicleta para casa. Ele estava uma entre

as 16 crianças e adolescentes acolhidas na antiga Granja Morada do Betinho, que ficava situada à época no município de Bayeux, mas que era mantida pela prefeitura de João Pessoa.

Foi verificado nos levantamentos observados que faz quatro anos dessa primeira vitória, que não foi a única: no ano seguinte foram incluídos 10 acolhidos, sendo crianças e adolescentes, e mais uma vez esse mesmo adolescente que tinha 10 anos quando da primeira vitória foi campeão, e dessa vez juntamente com outro adolescente.

Com esse ano já foram sete edições, e desde a primeira as crianças e adolescentes participam e sempre são campeões, ou por estarem participando ou por chegarem à frente. Já foram quatro crianças e adolescentes nesses cinco anos de prática efetiva do esporte dentro dos abrigos. Com exceção deste ano, nenhuma criança chegou a ser campeão, mas participaram pela primeira vez acolhidos do sexo feminino dos abrigos mantidos pela prefeitura de João Pessoa.

Com esses resultados, ele e outros dois adolescentes representaram a Paraíba na modalidade atletismo nas Olimpíadas Escolares que aconteceram no mesmo ano em Poços de Caldas-MG. Jamais haviam saído para outro estado, e conheceram novas pessoas, novas culturas, novos aprendizados, além de terem ido de avião, algo aparentemente trivial, mas uma novidade para eles.

Ao serem perguntados quais oportunidades ainda esperavam do atletismo, o mesmo respondeu, de forma tocante para quem recebe a informação:

Sei lá... os treinos, as competições... viajar!

Viajar para outros lugares...viajar para outro pais (A7, 15 anos)

Recentemente foi incluída nas aulas de educação física o abrigo Casa de Acolhida Masculina. O mesmo também não dispunha dessa disciplina em sua rotina de atividades. Um dos novos atletas fala sobre o atletismo, fala na qual fica destacada a visão subjetiva do adolescente, que veicula a prática esportiva à sua personalidade, além de salientar a diferenciação desta nova realidade da de outrora.

Acho não só aqui mais em todos os abrigos merecia ter uma oportunidade ter atletismo (A1, 16 anos).

[...] que, que é uma... o atletismo é um coisa que meche com você lá dentro, né só se tá correndo, se tá desenvolvendo não só o seu corpo mais sim a mente sua para relaxar pá se comunicar melhor, tirar o estresse tirar as... os peso as cobranças que tem dentro num abrigo.(A1, 16 anos)

Quanto aos aspectos psicológicos da prática do esporte, Machado (1994) afirma que os benefícios são a redução da ansiedade e a intensificação do bem-estar psicológico, e, segundo Becker (2000), o aumento da autoestima do praticante. Autores como Gallahue e Ozmun (2001) e Magill (1998) defendem que o esporte bem elaborado, com orientação adequada à obtenção do sucesso, com metas e objetivos desafiantes, individualização de instruções e reforços positivos, pode aumentar o autoconceito das crianças e adolescentes, sendo assim fator de desenvolvimento e formação da personalidade.

O esporte, por lei, abrange todas as práticas formais e não formais, sendo as primeiras caracterizadas por sua institucionalização e regras de acordo com suas respectivas entidades; as segundas pelo caráter libertário e lúdico para seus praticantes, sendo entendidas como direito a todos os seres humanos, salientando-se apenas as necessárias adaptações de regras e técnicas (BRASIL, 1998).

4.4 AS PRÁTICAS ESPORTIVAS NOS ABRIGOS

Nesta última sessão, analisamos as práticas de esporte dentro do espaço das instituições.

Dados fornecidos pelos os acolhidos apontam para o reconhecimento da importância das práticas esportivas na vida de crianças e adolescentes institucionalizadas, na medida em que esta incide diretamente no processo de aprendizagem de cada um deles, possibilitando impactos positivos no referido processo.

No processo de práticas esportivas que encontramos dentro dos abrigos, fica claro que vêm atendendo, na medida do possível, às expectativas de inclusão social para crianças e adolescentes que vivem em processo de exclusão social.

De acordo com a vivência nas instituições, percebe-se que a prática esportiva vem contribuindo para a inserção social dos indivíduos da população estudada. Elas são fundamentalmente disciplinares, mas não só subordinadas ao professor, mas sim de interação de saberes entre professor e aluno, o que faz com que os jovens apreendam mais profundamente conceitos como respeito, organização e regras.

Para ganhar segurança, a criança precisa de experiências gratificantes e desafiadoras no dia-a-dia, como as atividades de saída para lugares próximos ou mais distantes, aprender sobre sua relação com o espaço e o ambiente em que vive, o cuidado corporal, a alimentação, o vestuário. Enfim, como cuidar de seu bem-estar e saber usar os recursos disponíveis.

Para Guará (1998), em cada uma dessas áreas estão estabelecidos hábitos e atitudes que poderão ser modificados positivamente por uma ação educativa que conduza ao melhor equilíbrio emocional e ao desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens atendidos.

As crianças e adolescentes reconhecem que a práticas de esportes feitas no abrigo, no caso as atividades externas e no CFCMPS, são de suma importância para sua vida conforme suas falas.

Acho muito bom eu pratico eu gosto que eu muito identifico um atividade gosto que (A1, 16 anos)

O atletismo pra mim e um coisa que eu nunca esperei que fosse fazer, mas que hoje eu vejo que to desenvolvendo (A3, 16 anos)

Ah eu acho legal eu gosto de fazer atletismo

Um deixa eu v rapaz acho que... n o jeito dos corredor essas parada todinha assim (A8, 15 anos)

É pra quem mora em abrigo na minha opinião é melhor quem tem (A10, 16 anos)

Esporte é uma coisa que eu sempre quis ter, mas minha mãe nunca deixou... agora to fazendo no abrigo (A8, 15 anos)

A prática do atletismo apresentou uma capacidade das crianças e adolescentes de se adaptarem rápido ao esporte, pois dois aspectos o primeiro  por ser uma modalidade individual em que o correr para elas que viviam nas ruas ou nas suas periferias  coisa natural, pois em suas brincadeiras há sempre uma que necessita desse movimento, utilizando-o para chegar mais rápido para alcançar algo ou fugir de ameaças. Caso também do arremesso e do salto. Essa aproximao

com seus antigos hábitos os deixam mais à vontade para aprender e desenvolver essas habilidades.

Dessa forma, as crianças e os adolescentes acolhidos tomaram para si que a prática do atletismo dentro das unidades de acolhimento é um das atividades às quais se adaptam e que lhe interessam mais em relação às outras modalidades, justamente por essa a aproximação com seus hábitos do seu dia-a-dia. Também pela liberdade que o atletismo lhe dá em poder experimentar vários movimentos sem serem definidos ou impostos.

E, corroborando com esses aspectos, Guará (1998) afirma que a individualidade das crianças ou dos adolescentes precisará ser traduzida num programa personalizado de atendimento que inclua atividades que respondam às suas demandas. Num projeto particular de atendimento, devem ser programadas as ações necessárias ao atendimento específico de cada um.

O autor ainda destaca que cada criança ou cada adolescente é um ser particular, com uma história própria, carências e problemas peculiares, mas, principalmente, com potencialidades e talentos que precisam ser desenvolvidos. E o atletismo por se uma modalidade individual veio a contribuir e muito na vida desses jovens. Pois ele busca tirar o melhor de cada um, respeitando as suas limitações e capacidades particulares. A criança, sobretudo, deve viver com dignidade, o que significa que evitar enfaticamente qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Portanto, o cotidiano de um abrigo pode e deve ser o espaço de novas rotinas que permitam aos professores e abrigados construir juntos um ambiente de crescimento pessoal, de reelaboração de sonhos e projetos de futuro, de cuidado mútuo e de aceitação das diferenças. O abrigo deve ter um objetivo bem claro em

relação às suas pretensões educativas que sejam voltadas de acordo a promover aspectos fundamentais para uma maior autonomia, em busca de um melhor futuro para as crianças e adolescentes.

Facilmente constata-se a especificidade da modalidade no que diz respeito às variáveis investigadas e às diferentes oportunidades que o esporte oferece. Isto é traduzido em uma modalidade que deu uma nova visão de vida para os acolhidos. Não só dentro das unidades, mas fora dela, pois o atletismo é o esporte com o maior número de medalhas olímpicas entre todos os outros.

A partir das análises apresentadas neste estudo, conclui-se que as práticas esportivas utilizadas pelas instituições acontecem não de forma imediatista, mas sim de forma planejada pelo o professor de educação física, que procura agir de acordo com os conceitos sobre atendimento a crianças e adolescentes. Com uma proposta educativa refletida, analisada, tenta-se proporcionar atividades para estes jovens que os ajudem a ter uma rotina diversa da que experimentaram nas ruas, atentando para a importância de que não fiquem subjugados a outra rotina também tolhedora, a do ócio das instituições.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o processo de pesquisa, buscamos não fugir ao objetivo proposto. Este foco foi fundamental, sobretudo na fase inicial da pesquisa, onde ocorreram diversas questões e reflexões amplas a respeito do tema, como por exemplo: as diferentes relações existentes entre esporte, criança e adolescência, abrigos e inclusão social; as possibilidades inclusivas inerentes ao esporte e exclusivamente ao atletismo, que possui características de movimento bem peculiares, paradoxalmente ligados aos praticados no dia-a-dia de crianças e adolescentes que vivem a margem da linha da pobreza.

O afinamento do tema de estudo processou-se concomitantemente com as observações realizadas nas aulas de educação física dentro e fora dos abrigos, desde sua inserção no trabalho de alta complexidade da prefeitura. A experiência profissional nessa área foi fator decisivo para direcionamento da investigação, tanto no que se referiu ao levantamento bibliográfico sobre o assunto, quanto à elaboração do procedimento da pesquisa de campo e as análises dos dados.

Constatamos que existem problemas para desenvolver o trabalho com educação física e efetivá-la como disciplina obrigatória nas propostas pedagógicas, o que muitas vezes encontra-se no papel, mas não se efetivam. Percebemos também que a existência de apenas um profissional de educação física não tem sido obstáculo para a prática de esporte em todas as unidades. O mesmo vem se comprometendo e sendo atuante há cinco anos em seguir as propostas pedagógicas de cada unidade, as que possuem.

O problema maior é que esse profissional não é efetivo, e não recebe salário condizente ao grau de complexidade e de perigo, uma vez que muitos dos alunos são ameaçados de morte, por exemplo.

Em termos de material esportivo, as instituições (não todas) são bem servidas, recebendo instrumentos diversificados e apropriados para a prática esportiva. As instalações, no entanto, ainda não são adequadas, o que não está sendo um empecilho, pois como foi observado noutras seções, as aulas estão sendo realizadas, na maioria, em ambientes externos, apesar de algumas dificuldades por parte de certas instituições.

As atividades desenvolvidas são consideradas de boa qualidade, possibilitando às crianças e aos adolescentes excelente oportunidade de prática esportiva, de acordo com documentos como o ECA e os PCNs, mesmo apesar de não haver PPP em todos os abrigos.

Ficou saliente a importância da participação das crianças e dos adolescentes em eventos e competições esportivas, uma realidade que interessa a todos que participam de Jogos Escolares da Paraíba, Jogos da Primavera de João Pessoa, Maratoninha da Caixa Econômica, Campeonato Paraibano de Atletismo, Dia Mundial do Atletismo, Abertura de Jogos na Primavera, Escolha da Rainha dos Jogos na Primavera e Olimpíadas Escolares Brasileiras, entre outros.

Jogos que pode ser concretizados também esse ano, com mais uma vez adolescentes acolhidos em abrigo participando de jogos que tenha a participação de adolescentes de todo o Brasil, de todas as raças e credos, com as culturas características de suas regiões. Essas participações se tornam uma forma aprendizado, de socialização, de inclusão e de novas experiências, que não sejam somente dentro de uma casa fechada ou em meio aos perigos da rua.

Um exemplo de como o jogo ou o brinquedo pode desenvolver a capacidade de manter relações sociais com os parceiros são as brincadeiras do faz de conta e os jogos imaginativos. No âmbito da atuação profissional deste pesquisador, observou-se também, como ainda se observa, que tais brincadeiras permitiam que todas as crianças participassem, não apresentando dificuldade de estar com o outro, dividir com o outro, uma vez que combinavam, sem discutir, os papéis que cada um interpretaria e os brinquedos que utilizariam nas respectivas brincadeiras, havendo assim, cooperação e consentimento mútuos de todos, o que sugere, inclusive, um sentimento e forma de participação em equipe, tão importante para o mundo do esporte.

É uma maior oportunidade de inclusão tanto nos aspectos esportivos como de cidadania, visto que as crianças e adolescentes sonhavam por ter oportunidades de participar de tais eventos, sendo esses sonhos significativamente próximos de sua realidade, hoje, por intermédio do esporte.

Isto é: uma vez que as esses indivíduos têm a chance de possuir outras escolhas que não as ruas e a delinquência, por exemplo, podendo desenvolver faculdades físicas e mentais, como no esporte, artes e cultura, constatamos que, sim, os abrigos e suas respectivas modalidades de atividades esportivas, artísticas e culturais funcionam como meio de inclusão social.

Dada a considerável dificuldade em conduzir pesquisas com crianças expostas à situação de abrigo, devido à complexidade das questões envolvidas e às limitações metodológicas, este é um estudo sobre um tema pouco pesquisado, com exceção dos estudos realizados por profissionais da área médica, os quais avaliaram crianças em abrigos. Os resultados obtidos servem de alerta aos

professores para que não tenham baixas expectativas em relação às crianças expostas à situação de abrigo.

O estudo nos possibilita afirmar que as crianças institucionalizadas que participaram deste estudo mantêm relações de equipe umas com umas com as outras – algo que é mais observado no dia a dia do abrigo, observado livremente – mas também mantêm o espírito competitivo, pretendendo ganhar as disputas. Percebeu-se no âmbito deste estudo que as crianças apresentam alguns aspectos relevantes dentre os quais destacaremos: o apego entre colegas de um mesmo esporte; o apego no contexto da brincadeira.

Entretanto, o que os dados parecem mostrar é que a pobreza, ao aumentara vulnerabilidade social das famílias mais pobres, pode potencializar outros fatores de risco, contribuindo para que crianças e adolescentes mais pobres tenham mais chances de passar por episódios de abandono, violência e negligência.

Esse tipo de atividades se planejadas de forma participativa e colegiada, incluídas nos projetos políticos pedagógicos da escola, nos planos municipais de educação e nas políticas educacionais, com objetivos educacionais poderão contribuir para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda, entende-se que compete ao poder público constituído, aos dirigentes educacionais, aos professores, e aos pais, proporcionarem eventos esportivos com caráter educativo/formativo, privilegiando em seus projetos a participação da comunidade escolar com caráter de integração, socialização e cooperação.

Percebemos, também, que a utilização do desporto educativo deve ser a mais ampla possível, vislumbrando a formação do indivíduo como um todo, respeitando suas individualidades e capacidades. Além de ensinar o desporto a todos e ensinar bem, a tarefa educacional supõe preparar para algo mais do que a

atividade específica da escola. Quem aprende o desporto desenvolve um acervo de habilidades diversificadas, podendo aproveitá-las em muitos outros esportes ou atividades da cultura corporal de movimento. Além disso, a participação em atividades esportivas proporcionará a conviver em grupos, a construir regras, a discutir e até discordar delas, propor alterações com a contribuição para seu desenvolvimento moral e social.

É imprescindível que no ensino do esporte se converse sobre os acontecimentos que o envolvem colocar o aluno em situações desafiadoras, estimulá-lo a criar suas próprias soluções e a falar sobre elas, levando-o a compreender suas ações sendo estes os fatores que contribuem para o desenvolvimento da inteligência do aluno.

Outros tantos benefícios, como em relação à saúde e bem-estar são colocados pelos garotos, discursos estes que referendam a literatura utilizada. Diante dos elementos e das situações acima descritos, concluímos que ocorrem algumas mudanças no comportamento e na vida dessas crianças e adolescentes.

Concluindo, podemos afirmar que os objetivos foram alcançados. Ao investigarmos a prática esportiva dentro e fora dos abrigos, constatamos que, devido aos graves problemas e dificuldades enfrentados por criança e adolescentes, a prática efetiva do esporte vem sendo um mecanismo que alcança plenamente a finalidade, em que esporte se propõem dentro das instituições, que é a de inclusão social, mesmo o abrigo sendo uma fonte de exclusão.

Uma vez reconhecida a importância da prática esportiva e sua influência sobre o desenvolvimento infantil, observa-se a falta de literatura sobre o tema relacionado às crianças que vivem em situação de abrigo no contexto brasileiro. Em

nosso país, o abandono e a realidade de crianças nas ruas são fenômenos bastante marcantes.

Após separação de suas famílias, estas crianças tentam encontrar outras figuras de apego em diferentes situações. Nesse sentido, seria importante desenvolver estudos nesta área, a fim de observar, ouvir interpretar a fala das crianças. Essas atividades teria como objetivo fazer uma análise cuidadosa da realidade vivenciada e poderiam ajudar na elaboração de programas psicológicos e sociais que nos conduzirão a formas de atuação que favoreçam a efetivação dos direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente através de políticas públicas.

Ainda é mistério para a comunidade científica a ciência sobre toda a gama de motivos que leva uma criança ou um adolescente que tem uma família, com a qual mantém vínculo constante a viver em uma instituição de abrigo ainda estão longe de ser conclusivas. Isso porque se pode dizer que a pobreza, principal motivo apontado para o abrigo institucional, não é suficiente para explicar as razões que levam algumas famílias pobres a abandonarem seus filhos em instituições. Sabe-se disso porque outras tantas famílias, fazendo parte da mesma classe social, continuam se responsabilizando pelos cuidados com seus filhos, incentivando-os no sentido da educação e do esporte, por exemplo.

É necessário que os resultados aqui apresentados motivem todos aqueles que militam em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Foram colocados aqui elementos importantes que poderão instrumentalizar tão importante luta, esta que já conquistou grandes vitórias. Mas pela complexidade da questão, é importante sabermos que ainda há muito por se fazer.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.S. **A prática pedagógica da educação física na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola: a polêmica do discurso superado.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

ARAGÃO, W. H. **A política de cotas e lei 10.639/2003 na universidade federal da paraíba(ufpb).** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

ARAGÃO, M. G. S.; GONCALVES, R. F.; MONTE, E. D. Avaliação do Projeto Pedagógico do curso de ed. física frente ao neoliberalismo e ajustes no modo de produção capitalista. In: **I CONCENO**, 2006, Macapá, p. 115-120.

ARANHA, MARIA SALETE FÁBIO. **A integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica.** Temas em Psicologia, no. 2, pp. 63-70. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARPINI, Dorian Mônica. **Violência e exclusão: adolescência em grupos populares.** Bauru: EDUSC, 2003.

ASSIS, S. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica.** Pernambuco: Autores Associados, 2001.

AYALA, D. V. **Esporte: uma conexão entre corpo e mente.** 2002.18f. Monografia (Especialização em Psicologia Esportiva) - Faculdade de Educação Física, UNIFMU - Centro Universitário, São Paulo.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70 LDA, 1977.

BECKER, B.J. **Manual de Psicologia do Esporte & Exercício.** Porto Alegre: Manole, 2000.

BENTO, J. O. **Desporto e humanismo**: o campo do possível. Rio de Janeiro, UERJ, 1998.

BOSCHETTI, I. **Assistência social no Brasil**: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília: UnB, 2003.

BRACHT, Valter. **Educação física e aprendizado social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome**. Disponível em <endereço eletrônico> Acesso em: 26 fev.2010.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF, 1990.

CHASSOT, A. **A Educação nas fronteiras do humano**. UNl revista - Vol. 1, nº 2: abril/2006.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa e seus fundamentos filosóficos**. São Paulo: Cortez, 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. **Educação física e inclusão**: consideração para a prática pedagógica na escola. Disponível: Revista Integração-MEC. 2009.

COSTA, A.C.G. A família como questão social no Brasil. *In*: Kaloustian, M.S. (org.) **Família brasileira**: a base de tudo. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DANTAS, E.H.M. **A prática da preparação física**. 4º Edição, Rio de Janeiro: Shape, 1998.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DRAIBE, S. **As políticas sociais e o neoliberalismo**. Revista USP, São Paulo, 17, 86-101, 1993.

ELIAS, N; DUNNING E. **A busca da excitação**. Tradução Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: DIFEL, 1992.

ERIKSON, Erik H. **Identidade, juventude e crise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

FLORENTINO, J; SALDANHA, R, P. **Esporte, educação e inclusão social: reflexões sobre a prática pedagógica em educação física**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>> Acesso em: 26 set. 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1977.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisão e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GOHN, M. G. da. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

GUARÁ, I.M.F.R. (Coord.). **Trabalhando Abrigos**. In: **Série Programas e Serviços de Assistência Social, MPAS**. 2. ed. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (IEE-PUC/SP), 1998.

GUIMARÃES, M.R.V; **A educação física no processo de construção permanente da política curricular**. **Revista Pensar a Prática**. Goiás, v.11, n.2, p.177-189, mai./ago. 2008.

HÖFLING, E.A. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

IAMAMOTO, M, V; CARVALHO,R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**.16.ed.São Paulo: Cortez, 2000.

IPEA. Diretoria de Políticas Sociais (Disoc). **Levantamento nacional dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede de Serviços de Ação Continuada**. Brasília, 2003.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

LAKATOS, E. M.; MARCONIM. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude - **Antropologia estrutural** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

LIMA, M.E. **Educação física no projeto político-pedagógico: espaço de participação e reconhecimento da cultura dos alunos**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

LOPES, P.; NUNOMURA, M. **Motivação para a prática e permanência na ginástica artística de alto nível**. Rev. bras. Educ. Fís. Esp. v.21 n.3 São Paulo jul./set. 2007.

LÜDKE, Menga. & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MAGILL, Richard **A aprendizagem motora: conceitos e aplicações**. São Paulo: Edgar Blücher,1998.

MARTINS, José de Souza. **A exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus,1997.

MAX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 1988.

MELLO, Silva Leser. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: SAWAI, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MELO, M. P. **Esporte e juventude pobre políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (2004). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8º Ed. São Paulo: Hucitec.

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida**. 2.ed. Londrina: Midiograf. 2001.

NOVAIS, Elaine L. É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 15-51, jan./jul. 2004. Disponível em: <<http://rle.ucpel.tche.br>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

OLIVEIRA, A. P. G. **O caráter transitório do abrigo e a passagem adolescente: pensando transitoriedades**. 2006. 225 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

OLIVEIRA, M.C.M. **Atletismo escolar: uma proposta de ensino na educação infantil**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

OLIVEIRA, R.C. A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil. In: BAPTISTA, M. V. (Org.). **Abriço: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. p. 39-51.

OLIVEIRA, J.F. **A construção coletiva do PPP da escola**. Brasília: Escola de Gestores da Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escoladegestores/site/8-biblioteca/biblioteca.htm>> Acesso em: 02/08/2009.

OMS. **Solários: riscos e orientações**. Lisboa, 2005

PAPALIA, D.; OLDS, S. (2000). **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed (trabalho original publicado em 1998).

PEDRINELLI, V. J. Educação Física Adaptada: conceituação e terminologia. In: **Educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: MEC; SEDES; SESI-DN, 1994. p. 7-10.

PERISSINOTO, R. M. **Participação e democracia**: o caso do Conselho de Assistência Social de Curitiba. III Encontro Nacional de Ciência Política. Associação Brasileira de Ciência Política. Petrópolis. Rio de Janeiro, 2002.

QUEIRÓS, Paula. **Por um novo enquadramento axiológico na participação de crianças e jovens no desporto**. In: GAYA, Adroaldo; MARQUES, António; TANI, Go (Orgs). Desporto para crianças e jovens: razões e finalidades. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 187-198.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Exclusão, inclusão e diversidade**. João Pessoa: UFPB, 2009.

ROCHA, E. A. **A criança e educação**: caminhos da pesquisa. In M. Sarmiento e A., Cerisara. Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação. Porto, Portugal: Edições Asa, 2004.

SANTOS. A.L.F.S. A educação física no contexto da política de educação municipal analisando a experiência do município de camaragibe - pe1. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Campinas, v.24.n.3,p. 53-69, mai/2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SILVA, E.R.A., **O direito a convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANA, 2004.416p. il.

SIMÕES, A. C., DE ROSE JÚNIOR, D., **Psicossociologia aplicada ao esporte**: contribuição para a sua compreensão, Revista Paulista de Educação Física, v.13, 1999.

SIQUEIRA, A C et al. **Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Vol. 61, No 1 (2009)

SOLER, Reinaldo. **Educação Física Inclusiva**: em busca de uma escola plural. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

SOUZA JUNIOR, L.(org.)*et al*; **LDB**: Visões críticas. João Pessoa: Idéia,1997.

SOUZA JUNIOR, M. (org.) *et al*; **Educação física escolar**: teoria e política curricular, saberes escolares e propostas pedagógica. Recife: EDUPE, 2005.

SPOSATI, A. **Os desafios da municipalização do atendimento à criança e ao adolescente**: o convívio entre a Loas e o ECA. In: Serviço Social & Sociedade, n. 46, São Paulo, Cortez, 1994.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. **Juventud y políticas públicas en Brasil**. In: Políticas públicas de juventud en América Latina. Políticas nacionales. Viña del Mar, Chile: Centro de Investigación y Difusión Poblacional de Achupallas – CIDPA, p. 265-303, julio 2003.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). **Juventude e escolarização**. São Paulo, 2000. Disponível em: <www.acaoeducativa.org> Acesso em: 03/06/2010.

STOROLI, F.Q. **Inclusão social e o esporte: os significados-sentidos da capoeira para adolescentes em situação de pobreza**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

STIGGER, M.P. **Esporte, Lazer e Estilos de Vida um Estudo Etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

TANI, G. et al. **Educação física escolar**: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo: EPU, 1988.

THOMAS, J.R.; NELSON, J.R. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 3.ed. São Paulo: Artmed, 2002.

TUBINO, M.J.G. **Dimensões sociais do esporte**. São Paulo: Alegre, 2002.

VALE L.R.N. **A concepção dos profissionais de educação física que atuam nos projetos esportivos sociais da cidade de João Pessoa acerca do esporte e inclusão social**. 2006. 45f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - UFPB, João Pessoa, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Inovações e projeto político- pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?** Caderno CEDES, vol. 23 n 61, Campinas, Dec.2003.

VIEIRA, S.; HASSNE, W.S. **Metodologia científica para área de saúde.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ilma^a .Sr^a. Diretora da Instituição

Solicitamos seu consentimento para desenvolver nesta unidade uma pesquisa do Mestrado em Educação, da Universidade Federal da Paraíba, cujo título é **“ESPORTE PARA JOVENS ACOLHIDOS EM ABRIGOS: UM IMPORTANTE MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL”**.

A fim de proceder ao estudo, precisaremos realizar entrevistas para o desenvolvimento do tema. No entanto, para todos será garantido o direito de não participar ou de interromper a participação a qualquer momento. Na apresentação dos resultados, será mantido o anonimato tanto da entidade quanto dos participantes. Estamos disponíveis para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. O contato pode ser pelos telefones 88844535, com André Luis.

Seu consentimento é indispensável a concretização deste estudo, podendo ser cancelado a qualquer momento sem que isso cause ônus a entidade.

Sendo o que tínhamos a tratar, e, certos de contar com sua colaboração, subscrevemo-nos.

Prof^o Dr. Wilson Honorato Aragão
Orientador da Pesquisa

André Luis Andrade de Paula
Mestrando em Educação

APÊNDICE B

DECLARAÇÃO

DIRETORA DAS UNIDADES

Declaro ter sido esclarecida a cerca do objetivo, da forma de participação e da utilização das informações deste estudo, bem como estou ciente de que poderei cancelar esse consentimento a qualquer momento, sem que isso possa causar ônus para mim ou para entidade. Assim, autorizo a realização da pesquisa intitulada **“ESPORTE PARA JOVENS ACOLHIDOS EM ABRIGOS: UM IMPORTANTE MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL”**.

Dalenir Praxedes
Diretora

João Pessoa,.....de.....2010

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Srs. Pais ou Responsáveis

Pelo presente Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que fui informado (a), de forma clara, sobre o objetivo e forma da pesquisa, por intermédio de uma entrevista com uso de gravador e observação.

Igualmente, fui informado (a) sobre a liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento sem que acarrete prejuízo, a segurança de que não serei identificado, o fato de ser mantido caráter confidencial, serem cumpridos os preceitos éticos e legais; de se permitir uso de gravador, bem como admitidas anotações das falas e das respostas, com garantia de sigilo e anonimato.

Autorizo que os resultados sejam apresentados em eventos e publicados

Assinatura do Responsável

Assinatura do Participante da Pesquisa

APÊNDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPANTES DA PESQUISA

ESPORTE PARA JOVENS ACOLHIDOS EM ABRIGOS: MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL

A pesquisa para qual estamos lhe convidando participar tem como objetivo analisar e descrever como a prática do esporte, em especial a modalidade atletismo, contribui no processo de inclusão social.

Se você aceita conversar conosco sobre esse assunto, terá de participar de um grupo com mais 10 colegas. Reunidos, ouviremos as opiniões de todos, faremos 2 reuniões com duração de, no máximo, 1h30m, em dias, e hora fixados pela direção das unidades.

Essas reuniões serão dirigidas por um professor de Educação Física (o pesquisador) e gravadas.

As opiniões, as colocações, as falas que você expuser durante a participação do grupo, serão anotadas e gravadas, e, mais tarde, utilizadas em um trabalho científico (uma pesquisa).

Fique tranquilo, por que o professor de Educação Física (pesquisador) e o Coordenador do trabalho (orientador) garantem que sua identidade (nome) permanecerá em sigilo, ou seja, serão secretos, e ninguém saberá que foi a pessoa a ter se manifestado nem o conteúdo da fala. Faremos assim para garantir sua privacidade (ninguém saberá acerca do conteúdo de sua fala de seu pensamento).

Você é livre de abandonar o grupo a qualquer momento.

Em caso de dúvidas sobre o trabalho, maiores informações poderão ser obtidas com pesquisador: em (83-888445350) falar com André Luis - pesquisador.

APÊNDICE E

Questões referentes às entrevistas semiestruturadas

As entrevistas realizadas com os participantes do estudo foram norteadas pelas seguintes questões:

1 VOCÊ GOSTA DE ESPORTE?ACREDITA QUE ELE PODERÁ LHE AJUDAR EM SUA VIDA? EM QUÊ?

2 VOCÊ GOSTA DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NO ABRIGO?

3 O QUE VOCÊ ESPERA EM OBTER COM A PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPORTES QUE FAZ NO ABRIGO?

4 O ESPORTE AJUDOU A MELHORAR A SUA VIDA?COMO QUE ISSO VEM ACONTECENDO?

5 QUAIS FORAM AS MELHORAS COISA QUE O ESPORTE PROPORCIONOU PRA VOCÊ?

6 QUAL A SUA OPINIÃO A RESPEITO DO ATLETISMO?POR QUÊ?

7 VOÇÊ ACHA QUE O ATLETISMO DEVERIA SER 1º MODALIDADE A SER TRABALHADA DENTRO DOS ABRIGOS?POR QUÊ?

8 VOÇÊ ACHA QUE AS CRIANÇAS E ADOLECENTES DOS ABRIGOS QUE NÃO POSSUEM ESPORTE GOSTARIAM DE TER O ATLETISMO COMO PRÁTICA ESPORTIVA?POR QUÊ?